



ENERGIA E CRISE FINANCEIRA

Emprego na indústria tem queda recorde em dezembro (Folha de S. Paulo) 10/02/09	3
Flexibilização já atinge 40,6 mil metalúrgicos (Folha de S. Paulo) 10/02/09	3
Índice do Ipea mostra apreensão na indústria (Folha de S. Paulo) 10/02/09.....	4
Especialistas pedem cautela em negociações (Folha de S. Paulo) 10/02/09	4
Brasil critica onda protecionista na OMC (Folha de S. Paulo) 10/02/09.....	5
Um G8 mais representativo (Folha de S. Paulo) 10/02/09.....	6
Lula recebe 3.500 prefeitos com pacote de bondades (O Estado de S. Paulo) 10/02/09	7
Sinais de melhora (O Estado de S. Paulo) 10/02/09	8
O comércio exterior e a crise (O Estado de S. Paulo) 10/02/09.....	9
MPE dá 45 dias para Prefeitura reassumir merenda (O Estado de S. Paulo) 10/02/09	10
Reservatório cheio faz governo manter térmicas desligadas (Gazeta Mercantil) 10/02/09	11
BNDES aprova R\$ 80 milhões para biomassa (Gazeta Mercantil) 10/02/09.....	12
REGISTRO - LEILÃO DE EÓLICA EM JUNHO (Gazeta Mercantil) 10/02/09.....	12
Governo precisa adotar ações coordenadas contra a crise (Gazeta Mercantil) 10/02/09.....	13
Analistas projetam PIB em 1,7% e alta de 4,73% do IPCA de 2009 (Gazeta Mercantil) 10/02/09	13
Produção de açúcar no Brasil será 11% maior (Gazeta Mercantil) 10/02/09	14
Concessionárias divulgam plano de investimento de R\$ 23 bi para 2009 (Valor Econômico) 10/02/09	15
Governo do RJ quer sócios privados na gestão de agência de investimento (Valor Econômico) 10/02/09	16
Governo reduz subsídios ao campo em 2008 (Valor Econômico) 10/02/09	17
Fundos de ações dedicados ao Brasil captam em fevereiro (Valor Econômico) 10/02/09	18
Aneel e ONS (Valor Econômico - Cartas) 10/02/09.....	19
Consumo de álcool cai em janeiro (Valor Econômico) 10/02/09.....	19
Árvore cai sobre rede elétrica no Morumbi, em São Paulo (Estadão Online 19:31h) 09/02/09	20
Terna Participações realiza reestruturação financeira para pagar dívida de curto prazo (CanalEnergia) 09/02/09 20	20
Belo Monte: Abraceel negocia participação de 50% para o mercado livre (CanalEnergia) 09/02/09.....	21
CMSE adia decisão sobre nível-meta para reservatórios (CanalEnergia) 09/02/09.....	22
Serviço de teleatendimento de distribuidoras terá sessão presencial na quarta-feira, 11 (CanalEnergia) 09/02/09	22
Tractebel ON fecha em queda de 2,78% (CanalEnergia) 09/02/09.....	22
Baixo Iguaçu: Engevix e Desenvix recorrerão de multa (CanalEnergia) 09/02/09.....	23
Paulo Ludmer, consultor: Vento não se desdenha (CanalEnergia) 09/02/09	23
Usina Termelétrica SVE Salvador vai explorar usina a biogás (CanalEnergia) 09/02/09.....	24
Petrobras inicia operação bicombustível de 144,7 MW da UTE Barbosa Lima Sobrinho (CanalEnergia) 09/02/09.25	25
Revisão tarifária: Aneel inicia processo da Cooperaliança (CanalEnergia) 09/02/09.....	25
Reservatórios do Nordeste atingem 66,6% do volume armazenado (CanalEnergia) 09/02/09.....	25
Engevix é multada em R\$ 250 mil por problemas com o licenciamento ambiental de Baixo Iguaçu (CanalEnergia) 09/02/09.....	26
Central Energética Guaíra receberá empréstimo de R\$ 80 milhões do BNDES (CanalEnergia) 09/02/09.....	26
Celesc, Light e Rosa dos Ventos pagarão R\$ 153,4 mil em multas (CanalEnergia) 09/02/09.....	26
Coelce PNA registra alta de 2,88% (CanalEnergia) 09/02/09.....	27
Justiça nega novo pedido de liminar contra construção da subestação Joinville Norte (CanalEnergia) 09/02/09.27	27

Nexans fecha contrato de €26 milhões com empresa do grupo Alupar (CanalEnergia) 09/02/09.....	28
Lucro da Duke Energy recua 9% em 2008 (CanalEnergia) 09/02/09.....	28
Celg pede ajuda ao governo federal para obter financiamento de R\$ 1,2 bilhão do BNDES (CanalEnergia) 09/02/09.....	28
Wärtsilä fecha contratos de €48 milhões para conversão de térmicas (CanalEnergia) 09/02/09.....	28
Neoenergia tem nova diretora executiva de Recursos Humanos (CanalEnergia) 09/02/09.....	29
Cesp completa mil dias sem acidentes em hidrelétrica Sergio Motta (CanalEnergia) 09/02/09.....	29

SINDICAL

CPERS/Sindicato prepara mobilização para 2009 durante Encontro Estadual (CUT Nacional) 10/02/09.....	30
Acordo garante redução de jornada com manutenção de salário na Rassini (CUT Nacional) 10/02/09.....	30
Aquecimento para o Dia Nacional de Luta (CUT Nacional) 09/02/09.....	31
Apeoesp garante vitória definitiva (CUT Nacional) 09/02/09.....	31
Balanco do Fórum Social Mundial (CUT Nacional) 09/02/09.....	32
Aeroporto Internacional de Brasília (CUT Nacional) 09/02/09.....	33
Rio de Janeiro (CUT Nacional) 09/02/09.....	34
Redes Sindicais (CUT Nacional) 09/02/09.....	34
11 de fevereiro, às 06h (CUT Nacional) 09/02/09.....	35
Pressão (CUT Nacional) 09/02/09.....	35
Condsef cobra segurança no local de trabalho (CUT Nacional) 09/02/09.....	36
Metalúrgicos (CUT Nacional) 09/02/09.....	36
A crise mundial, o neoliberalismo e a classe trabalhadora (CUT Nacional) 09/02/09.....	37
Indicador do Ipea mostra setor produtivo apreensivo, mas confiante no país (CUT Nacional) 09/02/09.....	38
Práticas anti-sindicais: mais um sindicalista sofre atentado na Rússia (CUT Nacional) 09/02/09.....	39
Sem cumprir acordo, Volks é multada em R\$ 2,2 milhões por precarização (CUT Nacional) 09/02/09.....	39
Ministro anuncia construção de mais de 700 agências do INSS (CUT Nacional) 09/02/09.....	40
CUT-DF convoca sindicatos filiados para reunião, nesta terça-feira (10) (CUT Nacional) 09/02/09.....	40
Assembleia dá início à Campanha Salarial 2009 do Sismmac, em Curitiba (CUT Nacional) 09/02/09.....	40
Comissões da Câmara farão ato em homenagem a Adão Preto na quarta-feira (11) (CUT Nacional) 09/02/09.....	41
Ação liberta 13 pessoas de fazenda de deputado estadual (CUT Nacional) 09/02/09.....	41
Receita libera nesta segunda consulta a lote residual do Imposto de Renda (CUT Nacional) 09/02/09.....	42
Trabalhadores rurais discutem concessão de aposentadoria em 30 minutos (CUT Nacional) 09/02/09.....	42
Descaso da atual diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos faz trabalhador da GM pagar compensação maior dos dias pontes (CUT SP) 09/02/09.....	43
Produção de veículos dobra em janeiro (CUT SP) 09/02/09.....	43
Trabalhadores da Quattor em estado de mobilização (CUT SP) 09/02/09.....	43

Emprego na indústria tem queda recorde em dezembro (Folha de S. Paulo) 10/02/09

Recuo de 1,8% ante novembro foi o maior desde o início da série histórica, em 2001

Cortes refletem diminuição da produção, que foi 12,4% menor em dezembro em relação ao mês anterior, segundo dados do IBGE

PEDRO SOARES
DA SUCURSAL DO RIO

Sob impacto da crise, o emprego na indústria teve a maior queda em oito anos: recuou 1,8% em dezembro na comparação livre de influências sazonais com novembro. Foi a maior retração da série histórica do IBGE, iniciada em 2001.

Trata-se do terceiro mês consecutivo de redução do nível de emprego, período no qual a perda acumulada chega a 2,5%. Em relação a dezembro de 2008, a ocupação caiu 1,1%, na primeira taxa negativa em dois anos e cinco meses e a menor desde janeiro de 2004.

O setor industrial acusou rapidamente o golpe da crise e reduziu a produção com força em dezembro (-12,4% em relação a novembro), o que afetou o emprego, segundo o IBGE. "Esses resultados do mercado de trabalho acompanharam o menor dinamismo da indústria", diz André Macedo, economista do IBGE. O instituto não divulga os números absolutos de postos de trabalho fechados. Mas o Caged, que usa metodologia diferente e só registra o emprego formal, contabilizou um saldo negativo de 277 mil empregos no mês.

A reversão do emprego nos três últimos meses do ano passado impediu que 2008 fechasse como o melhor ano para o emprego industrial. Em 2008, a expansão da ocupação ficou em 2,1%, abaixo do recorde de 2,2% de 2007. Mas, até setembro, antes do "contágio" da crise, o emprego no setor subia 2,7%.

Para Fábio Romão, economista da LCA, a indústria fez um ajuste muito intenso e rápido de estoques em dezembro, reduzindo a produção e o nível de emprego. Esse movimento, diz, foi mais sentido justamente nos setores que lideravam até setembro a geração de postos de trabalho, como os de máquinas e equipamentos e automobilístico.

No acumulado até setembro, o emprego na indústria automobilística, por exemplo, cresceu 10,1%. Em dezembro, a taxa passou para 1,1% na comparação com o mesmo mês de 2007.

Com a crise, os ramos líderes perderam fôlego rapidamente e os que já vinham mal no emprego intensificaram os cortes. Em dezembro, as maiores quedas foram de madeira (-11,9%), calçados (-8,7%) e vestuário (-8,4%).

Regionalmente, a maior contribuição negativa veio de São Paulo (-0,8%).

Segundo Romão, dezembro foi o pior mês para o emprego industrial. Ele estima nova retração em janeiro, mas menos intensa. O economista afirma que o Caged apontará o fechamento de 16,5 mil vagas. "Foi uma inversão muito rápida. A produção da indústria em dezembro foi um desastre, com reflexo no emprego. O desempenho de janeiro ainda será ruim, mas a maior parte do ajuste ficou em dezembro."

Rendimento

A folha de pagamento real da indústria caiu 0,7% de novembro para dezembro. Foi o terceiro mês consecutivo de retração, com perda acumulada de 3,6% no período.

Na comparação com dezembro de 2007, a folha de pagamento cresceu 4,1%. O indicador fechou o ano de 2008 com expansão de 6%, o melhor resultado desde 2004 (9,7%). O rendimento na indústria, porém, chegou a crescer a taxas próximas a 8% antes da crise.

Para Romão, a massa de salários na indústria tende a se desacelerar em 2009, mas menos do que o emprego graças ao impacto do reajuste real do salário mínimo. Ainda assim, o economista diz que menos categorias terão reajustes reais neste ano.

Flexibilização já atinge 40,6 mil metalúrgicos (Folha de S. Paulo) 10/02/09

FÁBIO AMATO
DA AGÊNCIA FOLHA, EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

MAURÍCIO SIMIONATO
DA AGÊNCIA FOLHA, EM CAMPINAS

Acordos prevendo flexibilização já atingem cerca de 40.600 trabalhadores do setor metalúrgico no Estado de São Paulo desde o início da crise econômica global. Eles são funcionários de 66 empresas que adotaram, com a aprovação dos sindicatos, medidas como banco de horas e redução de jornada de trabalho com encolhimento proporcional do salário. O levantamento foi feito pela Folha em sindicatos de metalúrgicos ligados às centrais CUT (Central Única dos Trabalhadores), Força Sindical e Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas). No Estado, esses sindicatos representam 1,1 milhão de funcionários que atuam em pelo menos 20 mil empresas do setor, entre elas montadoras e fabricantes de autopeças.

Outras 604 metalúrgicas paulistas -que empregam cerca de 167,9 mil pessoas- procuraram os sindicatos pedindo a abertura de negociações visando flexibilização.

Há até pouco tempo combatidos de maneira quase unânime pelos sindicalistas, os acordos de flexibilização estão sendo vistos em alguns casos como uma solução para evitar as demissões num momento em que a crise se intensifica e, conseqüentemente, a produção cai.

Todos os acordos fechados têm como contrapartida o comprometimento, por parte das empresas, de não fazer cortes nos próximos meses. Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Itaquaquecetuba (Grande São Paulo), ligado à CUT, Aparecido Ribeiro de Almeida, a flexibilização é hoje a única saída para evitar as demissões em massa.

"[Os acordos] são uma questão de sobrevivência. A crise está feia e não vejo solução a curto prazo. Ou flexibiliza ou perde o emprego. O que a lei nos permitir vamos flexibilizar, sim", disse Almeida, cuja base reúne 6.000 trabalhadores. Pesquisa Datafolha divulgada ontem apontou que 47% dos entrevistados aceita reduzir o salário em troca da garantia de manutenção do emprego. Foram ouvidas 613 pessoas de São Paulo com 16 anos ou mais.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Itu (CUT), Dorival de Jesus do Nascimento, relata que nas assembleias tem sido grande o apoio dos metalúrgicos às propostas de flexibilização. Ele diz que, para evitar pressão sobre os funcionários, decidiu adotar nesses casos votação secreta.

"Nós não estamos tendo menos do que 90% de apoio dos trabalhadores às propostas. Só em uma empresa os funcionários recusaram, por 63%, um acordo que previa a implantação de banco de horas."

Em Itu, 12 acordos de flexibilização já foram fechados. Outros 25 estão em negociação.

Em Jacareí, funcionários da Schrader Bridgeport, que produz válvulas de pneus e partes de sistemas de ar-condicionado para carros, fizeram abaixo-assinado para pressionar o sindicato dos metalúrgicos a aprovar uma proposta da empresa que prevê redução da jornada de trabalho e salários em 20%.

A direção da empresa já demitiu 60 funcionários (hoje conta com cerca de 300) e afirma que enfrenta queda no faturamento -chegou a 70% em dezembro. Vivaldo Moreira, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (ligado à Conlutas), disse que a entidade é contra a redução de salários. Na opinião dele, os trabalhadores estão sendo pressionados pela empresa -que nega a pressão.

Índice do Ipea mostra apreensão na indústria (Folha de S. Paulo) 10/02/09

Novo indicador, que também avalia o lado social da produção, diz que setor aguarda desdobramentos da crise

AGNALDO BRITO
DA REPORTAGEM LOCAL

O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) lançou um indicador de divulgação mensal que medirá o humor do setor industrial brasileiro em relação às questões econômicas e também perspectivas sobre avanços sociais, novidade nesse tipo de índice.

O primeiro índice, apurado em janeiro, foi de 6,78 numa escala de 200 pontos, que vai de menos cem a mais cem. O número mostra que as 115 entidades representantes de 80,2% do PIB do país (excluídos o setor financeiro e a economia informal) revelam-se apreensivas em relação ao atual ambiente econômico. A escala compreende os estágios otimista, confiável, apreensiva, adversa e, por fim, pessimista.

"Nesse primeiro indicador, o que se observa é que há uma incerteza sobre as perspectivas da economia. O conjunto da indústria aguarda para observar o que poderá ocorrer", disse Marcio Pochmann, presidente do Ipea. O Sensor Econômico é obtido a partir de mais de 3.000 respostas de um questionário com 24 questões objetivas.

Compõem o indicador temas como contas nacionais, parâmetros econômicos, desempenho das empresas e aspectos sociais (massa salarial, pobreza, desigualdade e violência).

O conjunto da cadeia industrial avalia que o cenário é pessimista para as contas nacionais e o desempenho das empresas. Para os itens que compõem os parâmetros econômicos a observação é de que o cenário é de confiança. A pior perspectiva registrada foi para os aspectos sociais. O indicador é o primeiro de cinco novos índices que deverão ser lançados pelo Ipea ao longo de 2009.

Especialistas pedem cautela em negociações (Folha de S. Paulo) 10/02/09

DA AGÊNCIA FOLHA, EM CAMPINAS

Especialistas e lideranças sindicais defendem que as negociações de flexibilização neste momento devem ser feitas com "cautela" e analisadas de forma individual -ou seja, para cada empresa, há uma situação.

"Temos de considerar que alguns setores enfrentam dificuldades, mas iniciativas de flexibilização devem ser consideradas para cada empresa. Um acordo geral não faz sentido", diz o professor do Instituto de Economia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) Cláudio Dedecca.

Para Dedecca, outro ponto que deve ser observado é a participação dos sindicatos e do Ministério Público do Trabalho nas negociações. "É preciso cautela para que haja critérios para esses acordos, sob o risco de desacreditar todo o instrumento de negociação."

A professora da disciplina processo do trabalho da PUC-Campinas, Lúcia Avary de Campos, também defendeu a necessidade de haver acordos em certos casos, principalmente no setor de metalurgia.

Segundo a professora, a Constituição prevê que as flexibilizações de jornada e de salário só podem ocorrer com o aval do sindicato.

"A flexibilização pode ocorrer desde que haja contrapartidas aos trabalhadores, como um período de estabilidade no emprego."

O secretário-geral da CUT, Adi dos Santos Lima, diz que a central é contra diminuir jornada e salários, mas deixou livre seus sindicatos para fazerem a avaliação com os trabalhadores.

Para o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região (que não é ligado a centrais sindicais), Eliezer Mariano da Cunha, os dirigentes sindicais não devem aceitar redução de jornada de trabalho nem salarial. "Os sindicatos têm de resistir a essas pressões do capital", afirmou.

Para o vice-presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado, ligado à Força Sindical, Francisco Gabriel Sales, os acordos representam redução de demissões no setor. (MS)

Brasil critica onda protecionista na OMC (Folha de S. Paulo) 10/02/09

Em discurso, embaixador brasileiro faz ameaça velada aos EUA e à União Europeia de recorrer ao tribunal da entidade

Protesto recebeu apoio de países como China e Índia; eventual litígio é visto pelo Itamaraty como "última opção" a ser usada pelo país

ELIANE CANTANHÊDE
COLUNISTA DA FOLHA

A reunião de ontem da OMC (Organização Mundial do Comércio) se transformou num protesto contra a ameaça protecionista do mundo desenvolvido, e o embaixador brasileiro junto à entidade, Roberto Azevedo, fez uma advertência velada aos EUA e à União Europeia: caso se sinta prejudicado, o Brasil poderá recorrer ao Mecanismo de Solução de Controvérsia da própria OMC.

"O Brasil está analisando cuidadosamente os fundamentos legais e os impactos comerciais das medidas [da UE e dos EUA] e está pronto a defender todos os seus direitos dentro do sistema da OMC", disse o embaixador em seu discurso, sem citar explicitamente, nesse trecho, os dois alvos da ameaça velada, os EUA e a UE.

Por telefone, Azevedo esmiuçou para a Folha o seu recado aos países ricos: "Não achem que vamos ficar de braços cruzados, engolindo qualquer medida. Se detectarmos medidas que violem as disciplinas da OMC e afetem os interesses brasileiros, poderemos agir a qualquer momento, acionando o Mecanismo de Solução de Controvérsia". Recorrer a esse mecanismo significa iniciar um processo de litígio e abrir um "panel" (formalizar um questionamento), que pode acabar em última instância em retaliações comerciais. O Brasil, porém, não pensou em nenhum momento em acionar a OMC ontem mesmo, como chegou a ser divulgado, e sabe muito bem o quanto um processo desse gênero é difícil e lento. Seria a última opção, em caso extremo.

A ameaça e o tom do embaixador repetem os da nota que o Itamaraty divulgou na última sexta-feira, admitindo recorrer a "ações necessárias" contra medidas protecionistas que afetem as exportações brasileiras. A nota foi explicitamente dirigida aos EUA, que tentam incluir a cláusula "Buy american" (comprar produtos americanos) no pacote em tramitação no Congresso.

Se a cláusula for exclusivamente em relação a compras governamentais, o Brasil terá que engolir calado, pois adota medidas protecionistas e não é signatário do acordo nessa área selado na OMC. Mas há dúvidas sobre sua extensão.

Lamy e o diabo

Na reunião de ontem, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, apresentou um documento enumerando as medidas que todos os países vinculados vêm tomando contra a crise econômica e ressaltou: "O diabo está nos detalhes".

Azevedo ressaltou no seu discurso que há várias formas de protecionismo: "Não é só aumentar tarifas ou estabelecer controles de importação", disse ele, clamando pela conclusão da Rodada Doha de comércio.

Ele já tinha ensaiado uma manifestação dura contra o protecionismo na reunião do conselho da OMC, na semana passada, e recebeu apoios e adesões ontem. "Uma avalanche", disse, partindo de países muito diferentes, como Índia, China, México, Uruguai e Coreia. A exceção foram justamente os EUA e a UE.

"É uma defesa preventiva", disse ele no telefonema, explicando que o movimento iniciado em Genebra deverá ganhar contornos mais objetivos até a reunião do G-20 (países ricos mais países emergentes), em abril, em Londres.

O tema também deverá estar no topo da agenda do encontro que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá ter ainda neste primeiro semestre com o presidente dos EUA, Barack Obama, em Washington.

Um G8 mais representativo (Folha de S. Paulo) 10/02/09

MICHELE VALENSISE

O governo italiano pretende tornar a cúpula do G8 mais eficaz e representativa. Queremos incluir Brasil e demais membros do G5

A ITÁLIA assumiu a presidência do G8 em janeiro deste ano numa fase particularmente crítica das relações internacionais, na qual as instituições da "governança" mundial foram duramente desafiadas pela crise financeira em ato. Ao lado da preparação dos diferentes dossiês, o governo italiano é, portanto, muito atento ao formato da cúpula (que neste ano acontecerá de 8 a 10 de julho no arquipélago da Madalena, na Sardenha, Itália), no intuito de torná-la mais eficaz e representativa, adaptando-a às novas exigências.

Há algum tempo vem sendo profundamente discutida a melhor maneira de envolver as principais economias emergentes no enfrentamento das grandes questões globais.

Agora, a Itália pretende passar das palavras aos fatos, propondo a superação do simples diálogo para incluir plenamente os membros do G5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul) nos trabalhos da cúpula já a partir do segundo dia. Será convidado também o Egito. Os líderes dos principais países emergentes serão convidados ao encontro com os representantes do continente africano ao longo do terceiro dia dos trabalhos. A participação de um grande país como o Brasil será de extrema importância.

A proposta italiana encontra seu fundamento na convicção da necessidade de uma responsabilidade compartilhada com as economias emergentes a respeito dos grandes temas globais -por exemplo, meio ambiente, regulação do sistema financeiro internacional e desenvolvimento dos países mais pobres.

Mas a abordagem inovadora da presidência italiana não se limita ao formato da cúpula. Pretendemos promover algumas novidades também no que diz respeito à escolha das temáticas e aos conteúdos.

Relativamente à crise financeira, queremos acentuar a coordenação internacional das medidas de apoio ao consumo e aos investimentos e reforçar a atividade de vigilância do FMI: é importante favorecer uma maior transparência do sistema financeiro internacional, uma ação mais eficaz de combate às atividades ilegais e iniciativas contra os paraísos fiscais, o sigilo bancário e a lavagem de dinheiro.

Acreditamos, inclusive, que seja preciso fortalecer o processo de liberalização das relações comerciais para alcançar rapidamente um acordo equilibrado na OMC, de maneira que possam ser evitadas as tentações protecionistas que, posteriormente, agravariam a crise.

Com relação ao meio ambiente, a presidência italiana mira harmonizar as diferentes posições com vistas à realização da Conferência de Copenhague, programada para dezembro, que deverá definir um novo acordo global. Mais especificamente, queremos promover um acordo acerca das metas de redução das emissões e a realização de um mercado global dos direitos de emissão de CO2.

No tocante à questão energética, a presidência italiana do G8 perseguirá, entre outros, o objetivo de incrementar a energia produzida por fontes renováveis e alternativas.

Tal programa de trabalho concentrar-se-á em alguns objetivos, por vezes ambiciosos, que esperamos alcançar, como a ativação de mecanismo internacional, alimentado por parceria público-privada, para a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento ou a adoção de diretrizes comuns para prevenção e gerenciamento de desastres naturais.

O G8 também deve atuar mais e melhor a favor do mundo em desenvolvimento, em especial a África. Trata-se de um tema fortemente sentido pelo governo italiano, que, já por ocasião da cúpula realizada anteriormente na Itália (em Gênova, no ano de 2001), foi promotor de um plano de ação especial para a África.

Almejamos ainda valorizar todos os fatores capazes de influir positivamente no desenvolvimento (paz e segurança, comércio e investimentos, cancelamento da dívida externa, democracia e consolidação institucional) e mobilizar recursos auxiliares ao lado das tradicionais ajudas públicas, como as possíveis contribuições voluntárias de empresas e cidadãos. E pretendemos lançar uma "Parceria Global para a Agricultura e a Segurança Alimentar", com o intuito de levar a agricultura de volta ao centro das estratégias de desenvolvimento. Nesse caso, trata-se de uma consolidada prioridade italiana, incluída nos objetivos da Exposição Universal que acontecerá em Milão, em 2015.

A presidência italiana do G8 é, acima de tudo, ciente do impacto da crise e das escolhas políticas e econômicas dos governos sobre o destino de centenas de milhões de homens e mulheres. Com esse espírito, estamos organizando também uma reunião dos ministros do Trabalho dos países do G8 e de outras importantes economias (em Roma, de 29 a 31 de março) para discutir a "dimensão humana" da crise financeira mundial (desemprego, subsídios às famílias, requalificação dos trabalhadores). Entendemos preencher assim o vazio deixado pelas iniciativas até agora tomadas por parte da comunidade internacional no enfrentamento da crise.

Para essa reunião, à qual foi convidado o ministro Carlos Lupi, aguardamos uma importante contribuição do Brasil.

MICHELE VALENSISE , 56, é o embaixador da Itália no Brasil.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Lula recebe 3.500 prefeitos com pacote de bondades (O Estado de S. Paulo) **10/02/09**

Dívidas de municípios com o INSS, no valor de R\$ 14 bilhões, poderão ser parceladas em 20 anos

Vera Rosa e Sérgio Gobetti

Um verdadeiro pacote de bondades do Planalto espera os milhares de prefeitos eleitos em outubro que se reúnem hoje e amanhã em Brasília. Uma das medidas que chama a atenção e será anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva é a ampliação do prazo para os prefeitos saldarem parte de suas dívidas com o INSS (R\$ 14 bilhões). O parcelamento dos débitos, que hoje é de 60 meses, poderá ser feito em até 20 anos. Mesmo quem já está dando calote na Previdência pode regularizar sua situação e, a partir daí, receber repasses de recursos federais e assinar convênios como os do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O Planalto está recebendo os prefeitos pregando a "união" de esforços para enfrentar a crise financeira. Ontem, no programa de rádio Café com o Presidente, Lula propôs o engajamento dos prefeitos nos programas sociais da União e falou em fazer "parcerias" e "pactuar políticas entre os governos federal, estadual e municipal". Preparado para ser um grande palanque para a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff - candidata favorita de Lula à sucessão de 2010 -, o Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas reunirá em Brasília cerca de 3,5 mil dos 5.563 administradores municipais.

Por causa da atenção que o governo está dando ao PAC e a Dilma, o pacote federal de benefícios para as prefeituras - que também inclui quase R\$ 1 bilhão em linhas de financiamento do BNDES - já está sendo chamado no Palácio do Planalto de "PAC dos municípios".

"Não se trata de muita bondade ou muita maldade. O que o governo quer é ultrapassar 2009 sem turbulências e uma abertura para que o PAC possa chegar aos municípios", afirmou o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, ao negar que tudo tenha sido preparado sob medida para inflar a candidatura de Dilma e pavimentar as alianças municipais para a disputa de 2010. "Essa agenda é social e econômica, e não política. O ano de 2010 está muito longe."

PARCERIAS

Na prática, porém, tudo foi organizado para que os prefeitos convidados por Lula façam parcerias com o Executivo, numa aliança para turbinar o PAC. Dilma fará sua exposição para os prefeitos amanhã, no painel intitulado Ações do governo federal voltadas para o crescimento e seu impacto nos municípios. A seu lado, no mesmo seminário, estarão os homens do cofre federal, Antônio de Lima Neto, presidente do Banco do Brasil, e Luciano Coutinho, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Embaladas sob o rótulo da novidade, algumas medidas receberão somente uma maquiagem para o megaevento. É o caso da transferência da receita integral do Imposto Territorial Rural (ITR) da União para os municípios, instituída em 2004 e só posta em prática agora. O presidente também anunciará a liberação de R\$ 980 milhões do BNDES, para compra de máquinas, caminhões e tratores - o chamado Provias. O ministro da Educação, Fernando Haddad, também anunciará verbas para a construção de 500 creches e a aquisição de mil ônibus escolares.

CALOTE

Múcio mostrou contrariedade com informações de que o governo vai perdoar dívidas das prefeituras que deram calote no INSS. "Municípios em débito ficam engessados se não houver quitação de seus débitos. Os novos não podem ser punidos porque alguns não pagaram", afirmou ele. O programa que prevê a ampliação do parcelamento das dívidas já existia em 2005, mas apenas 300 municípios aderiram ao plano naquela época, de acordo com Múcio.

Lista
As medidas

O que o presidente Lula vai anunciar no encontro de hoje com os prefeitos

Prefeituras que têm dívidas com o INSS poderão parcelá-las em até 20 anos, ou 240 meses. O alongamento do prazo constará de medida provisória a ser anunciada hoje pelo presidente Lula. Atualmente, os débitos precisam ser saldados em até 60 meses. Levantamento do governo indica que o valor total das dívidas já atinge R\$ 14 bilhões

O governo vai autorizar a ampliação da linha de financiamento do BNDES para compra de máquinas, caminhões e tratores (Pro Vias), de R\$ 500 milhões para R\$ 980 milhões. Até hoje, porém, nenhum centavo do dinheiro anteriormente reservado para o programa foi liberado

A regularização fundiária da Amazônia Legal para municípios que se comprometerem a construir obras sociais, como hospitais, creches e escolas, também será autorizada por medida provisória. Trata-se de um antiga reivindicação dos prefeitos dessa região

Depois de anos de negociação, finalmente o governo repassará a arrecadação total do Imposto Territorial Rural (ITR) para os municípios que fizerem a fiscalização da cobrança do tributo. Essa transferência já estava prevista desde a minirreforma tributária de 2003

Os prefeitos receberão uma agenda para o planejamento de sua administração e devem se comprometer a apresentar metas, até 2012, para acabar com mazelas sociais, como o analfabetismo e a mortalidade infantil

O Planalto enviará ao Congresso um projeto de lei que regulamenta o gabinete de transição dos governos federal, estadual e municipal. A ideia é obrigar o administrador que deixa o cargo a prestar contas ao sucessor e a publicar no Diário Oficial informações sobre orçamento e finanças.

Sinais de melhora (O Estado de S. Paulo) 10/02/09

Começam a se juntar elementos que reforçam a aposta em que o pior da crise financeira para a economia brasileira ficou para trás.

São dados ainda tímidos e condicionados a que a situação externa não se deteriore ou a que não sobrevenha nenhuma surpresa ruim. Mas apontam para a mesma direção e não podem ser desconsiderados.

O primeiro desses elementos veio com os resultados da balança comercial. A última semana de janeiro já mostrara certa recuperação que, no entanto, não reverteu o déficit do mês, o primeiro em oito anos. Mas, na primeira semana de fevereiro, além de parecer mais consistente a reação das exportações, os resultados começam a contar com a chegada das safras aos portos.

Outro dado que reforça a perspectiva de reversão veio com as estatísticas do setor de veículos. O mês de dezembro fora catastrófico; apontara queda da produção de 47% em relação ao mês anterior. Foi quando as montadoras enfrentaram altos estoques e a antecipação de férias coletivas.

Os números de janeiro ainda são frágeis, especialmente no segmento de caminhões e colheitadeiras, onde nada parece encorajador. Mas no de automóveis já se nota recuperação. Os resultados ficaram longe dos melhores dias de 2008 (veja gráfico), mas mostram reação tanto em produção quanto em vendas. Falta saber se o setor conseguirá andar sem a muleta da redução do IPI.

Novembro e dezembro foram meses devastadores no País. Em dezembro a produção industrial despencou 12,4% em relação a novembro e 14,5% em relação a dezembro de 2007, conforme indicam as estatísticas do IBGE.

Como já foi apontado aqui, esse colapso se deveu a uma confluência negativa de fatores entre os quais teve mais peso a repentina contração tanto do crédito externo quanto do interno que se seguiu à quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, em setembro passado.

Agora se sabe que as autoridades globais já não permitirão que outro banco importante derreta e que tudo está sendo feito para sanear o setor financeiro dos países ricos, ainda não recuperado da trombose global no crédito.

A decisão de não deixar que grandes bancos virem pó é a principal razão pela qual, apesar do aprofundamento da recessão nos países ricos, já não há pânico nos mercados, especialmente agora que enormes pacotes de socorro vão sendo providenciados.

Também se espraia a percepção de que, apesar do baque da já inevitável desaceleração do crescimento em 2009, o Brasil deverá sair melhor dessa crise do que qualquer país rico ou emergente. Seus bancos não estiveram metidos em nenhuma grande encrenca; o volume do crédito já se recuperou do pior, como atesta o presidente do Banco Central; o varejo está melhor, o que demonstra que o mercado interno continua vigoroso; a recuperação da economia chinesa tende a beneficiar as exportações brasileiras; e continuam promissoras as perspectivas do setor de energia (principalmente petróleo), de alimentos e de recursos minerais.

O bom desempenho do mercado de ações no Brasil neste início de ano (veja o Confira) parece refletir o estado geral dos espíritos em relação à economia brasileira. Mas, não custa repetir, o organismo não registra mais febre. Ainda não há segurança de que a infecção tenha sido debelada.

Volta ao risco - O desempenho do mercado de ações é forte. Neste início de ano (até ontem), o Ibovespa acumula alta de 12,1% e, em fevereiro, de 7,1%. Mas, para voltar ao nível máximo, o Índice Bovespa ainda teria de subir 73%.

O comércio exterior e a crise (O Estado de S. Paulo) 10/02/09

Rubens Barbosa

A crise financeira global e a recessão das economias desenvolvidas da Europa e dos EUA, além da redução significativa do crescimento da China e dos países emergentes, acarretaram, de maneira dramática, a rápida queda no nível de emprego e no intercâmbio comercial global. O fracasso da Rodada Doha e o perigoso incremento das tendências protecionistas nos países desenvolvidos, a começar pelos EUA, tornarão a situação ainda mais complexa.

Como ficará o setor externo brasileiro nesse contexto externo difícil?

Vou-me concentrar apenas na frente interna. Ao longo de 2008, o governo brasileiro, por meio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), tomou medidas para tentar reduzir o custo de produção e estimular as exportações.

Em maio foi anunciada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que apoiaria uma nova política industrial definindo áreas estratégicas (saúde, energia, tecnologia de informação e comunicação, indústria de defesa, nanotecnologia e biotecnologia) e áreas de consolidação de liderança mundial (aeronáutica, mineração, siderurgia, papel e celulose, petroquímica e carnes). Com mais de 20 medidas de desoneração tributária e de financiamento, a PDP tem o duplo objetivo de ampliar a participação das exportações para 1,25% das exportações mundiais e de aumentar em 10% o número de pequenas e médias empresas exportadoras.

A Estratégia Brasileira de Exportação, lançada em setembro, visa a reforçar as políticas internas para alcançar as metas fixadas em maio, ampliar a coordenação e explorar consensos entre os vários órgãos públicos que, de alguma maneira, atuam sobre o controle regulatório do comércio exterior e sobre as atividades de promoção comercial e apoio à exportação. A Estratégia identificou ações que estão sendo desenvolvidas pelo governo com maior impacto sobre o setor externo (infraestrutura, crédito e simplificação) e procura articular, de forma mais eficiente, atividades de diferentes órgãos e propostas que visam a fortalecer a competitividade externa pela maior agilidade, racionalidade, desburocratização e melhoria da qualidade de gestão por parte do setor público. Por outro lado, busca-se assegurar condições para que as empresas brasileiras diversifiquem sua pauta e os destinos de suas exportações, além de agregar valor aos seus produtos por meio da inovação e de novas tecnologias.

O 28º Encontro Nacional dos Exportadores (Enaex), em novembro, deu o respaldo do setor privado às iniciativas que visam a aumentar a competitividade das exportações brasileiras, embora reconhecendo que, até aqui, pouco do prometido pelo governo foi alcançado.

Agora, anuncia-se um novo conjunto de medidas para apoiar as exportações. Resta saber se terão o mesmo destino da Política de Desenvolvimento Produtivo e da Estratégia Brasileira de Exportação.

As perspectivas do comércio externo brasileiro para os próximos dois anos são difíceis, como evidenciado pelas projeções de sensível redução das exportações em 2009. A crise global tornou clara a vulnerabilidade externa brasileira pela fragilidade produtiva e limitada capacidade competitiva, em decorrência da falta de políticas de produção e de comércio exterior.

Por não ter respondido a tempo aos desafios internos, o Brasil tem de enfrentar simultaneamente três vulnerabilidades, como apontado no Enaex.

A estrutural, resultado da ausência de política proativa visando a corrigir ou superar as barreiras internas (custo Brasil e ineficiência burocrática) que impedem ou dificultam o aumento diversificado da produção exportável;

a operacional ou comercial, quando ocorrem déficits em transações correntes no balanço de pagamentos;

e a exógena, decorrente dos efeitos das crises internacionais sobre a economia nacional, por meio de três principais canais: redução ou interrupção de linhas de crédito externo para investimentos e financiamentos; redução da demanda externa, com impacto na venda de produtos e serviços nacionais, seja em quantidade ou preço; pressão sobre a importação de mercadorias pela oferta de melhores condições de compra.

Seria importante, por isso, que o conjunto de medidas aprovadas pelo governo brasileiro fosse efetivamente implementado, pois apenas a liberalização de financiamentos é insuficiente.

Caberia à Secretaria Comércio Exterior do MDIC, respaldada pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), fazer um balanço do que foi conseguido e do que falta completar para permitir que a competitividade das exportações brasileiras se fortaleça.

Do resultado desta análise, a opinião pública em geral e o setor exportador, em particular, poderiam avaliar a real capacidade da Camex de coordenação dessa agenda no contexto de uma gestão compartilhada e interdepartamental, como era intenção do governo.

Caso não consiga exercer sua capacidade coordenadora - o que parece mais provável -, ficarão evidenciadas a fraqueza do órgão colegiado e a necessidade de seu fortalecimento. No Enaex foi discutida a necessidade de mudanças institucionais para revitalizar a Camex. Uma das propostas discutidas foi a sua subordinação direta à Presidência da República, com a criação da função de ministro do Comércio Exterior para coordenar e dirigir o colegiado, seguindo o modelo USTR, norte-americano, adaptado às peculiaridades brasileiras. A crise global e seus efeitos negativos para o comércio exterior brasileiro oferecem uma oportunidade para o exame isento e objetivo do futuro da Camex pelo Congresso, pelo governo e pelo setor privado.

A frente externa de negociações comerciais para permitir o incremento das exportações brasileiras - que complementa a reorganização administrativa interna - fica para um próximo artigo.

Rubens Barbosa, consultor de negócios, é presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp

MPE dá 45 dias para Prefeitura reassumir merenda (O Estado de S. Paulo) **10/02/09**

Seis empresas terceirizadas que prestam serviço são suspeitas de fraude em licitação e de corrupção

Bruno Tavares e Marcelo Godoy

O Ministério Público Estadual (MPE) enviou ontem à Prefeitura um pedido para que a administração cancele, suspenda ou rescinda, em um prazo de 45 dias, os seis contratos para o fornecimento de merenda escolar na rede municipal de

ensino. Seis empresas e funcionários públicos municipais são investigados sob as suspeitas de fraude em licitações, formação de cartel e corrupção.

O pedido do MPE está baseado nas provas obtidas pela promotoria de Justiça da Cidadania e pelo Grupo Atuação Especial de Repressão à Formação de Cartel e à Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativos (Gedec). Segundo elas, a terceirização do serviço da merenda feita pela Prefeitura fez a administração pagar 3,6 vezes mais pela alimentação das crianças em relação ao que ela gastava quando fazia a merenda nas escolas. Além disso, relatórios da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) da capital constataram problemas com a qualidade da merenda. Os promotores Silvio Antonio Marques e Arthur Lemos Pinto Junior querem ainda que a Prefeitura reassuma a merenda.

Ontem, os promotores ouviram o depoimento de uma diretora de escola. Ela contou que, desde que a merenda foi terceirizada, em meados de 2001, as merendeiras foram "encostadas". Oficialmente, elas se tornaram "auxiliares de ensino", mas, na prática, passam o dia conversando no pátio. "Vamos ouvir ainda outros depoimentos nas próximas semanas", afirmou o promotor Marques. Entre essas pessoas estão testemunhas que participaram do processo de licitação e conhecem o funcionamento da terceirização da merenda.

Os promotores preferiram não adiantar quais medidas tomarão caso a Prefeitura se negue a seguir as recomendações. Ontem, promotores de três Estados procuraram os colegas paulistas para pedir mais informações sobre as empresas investigadas na capital paulista.

Em nota, a Prefeitura disse que não foi comunicada pelo MPE. "No entanto, entende que as acusações feitas pelo promotor (...) ainda carecem de completa apuração, tanto no inquérito que ele comanda quanto na sindicância aberta pela Prefeitura. Assim, só quando houver conclusão dessas investigações, medidas poderão ser tomadas com convicção e justiça."

Reservatório cheio faz governo manter térmicas desligadas (Gazeta Mercantil) **10/02/09**

Brasília, 10 de Fevereiro de 2009 - O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim, declarou ontem que as usinas térmicas que foram desligadas no mês passado continuarão desativadas.

Segundo Tolmasquim, as termelétricas ficarão sem funcionar por tempo indeterminado, porque os reservatórios das usinas hidrelétricas estão cheios. "Nesses três primeiros meses, como os reservatórios estão cheios, não há necessidade das térmicas", afirmou o presidente da EPE.

Tolmasquim participou na tarde de ontem de reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), que se reuniu no Ministério de Minas e Energia (MME). Um dos pontos discutidos durante o encontro foi a necessidade de religamento das térmicas. Segundo Tolmasquim, as usinas que continuarão operando, não movidas a hidroeletricidade, serão as de Angra 1 e 2 (que geram 1.200 MW) e as termelétricas Norte Fluminense 1 e 2 (400 MW), que, segundo ele, além de terem um baixo custo, possuem um contrato com a Bolívia de "take or pay", ou seja, mesmo se o gás comprado não for usado, ele precisa ser pago.

Além delas, as termelétricas de Canoas (RS), Araucária (SC) e Fernando Gasparian (SP), que juntas são responsáveis pela geração de 700MW de energia, continuarão ligadas. As três usinas foram religadas em 9 de janeiro. Na ocasião, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, afirmou que elas seriam religadas para garantir a segurança da operação elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Tolmasquim disse também que a divulgação do nível meta nos reservatórios será feito somente em março, após o anúncio da revisão da carga de energia. Segundo ele, é preciso ver primeiramente como está o consumo de energia no País para somente depois saber o nível meta nos reservatórios.

Segundo o presidente da EPE, na reunião do CMSE foi feita uma análise dos projetos do setor elétrico em andamento. Eles fizeram também uma análise hidrológica e concluíram que as perspectivas do País são boas.

Usina de Belo Monte

O presidente da EPE também comentou sobre o leilão para a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA). Tolmasquim confirmou que o certame deve ser realizado entre setembro e outubro deste ano e o edital sairá 60 dias antes, como já está previsto em lei.

No último balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, disse que esse leilão será em setembro e que a licença prévia da hidrelétrica deverá ser liberada até agosto.

A usina de Belo Monte, quando construída, terá capacidade para gerar 11 mil megawatts (MW) e deverá custar cerca de R\$ 7 bilhões. A previsão é que com a construção da usina seja alagada uma área de 440 quilômetros quadrados. Se os prazos forem cumpridos, a hidrelétrica deverá ficar pronta em 2014.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 6)(Ana Carolina Oliveira)

BNDES aprova R\$ 80 milhões para biomassa (Gazeta Mercantil) 10/02/09

São Paulo, 10 de Fevereiro de 2009 - A ampliação da geração de eletricidade a partir da biomassa, sobretudo o bagaço da cana-de-açúcar, é apontada por especialistas do setor elétrico como a chance de o Brasil garantir a segurança do abastecimento de energia para o mercado e, ao mesmo tempo, manter sua matriz energética predominantemente renovável.

Com a intenção de estimular projetos deste segmento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou ontem um financiamento no valor de R\$ 80 milhões para a ampliação da geração de eletricidade na usina açucareira Guaíra, instalada no interior de São Paulo. "Temos 120 dias para contratar essa operação, mas acredito que em 60 dias conseguiremos concluir os ajustes que faltam", disse Roberta Nascimento de Araújo, gerente do departamento de gás, petróleo, cogeração e outras fontes de energia do banco de fomento.

Roberta explica que o investimento é para expansão da cogeração de energia a partir da biomassa (bagaço da cana-de-açúcar e palha) da usina de Guaíra, que saltará de 8,4 megawatts (MW) para 35,4 MW. "O fluxo de entrada de pedidos de financiamento do setor sucroalcooleiro tem se mantido nos últimos dois anos".

No entanto, diz a gerente, a crise financeira mundial está "afetando um pouco o setor". "Com a crise, alguns investidores do setor sucroalcooleiro que já haviam feito pedidos de financiamento para a expansão da geração de eletricidade solicitaram que nós segurássemos o andamento das análises", diz.

Em Guaíra, o novo empreendimento de geração de energia, que ainda não está em operação, fica dentro da Usina Açucareira Guaíra, que já é autossuficiente em energia com a produção dos 8,4 MW. O BNDES informou, por meio, de nota que "o novo projeto permitirá manter o atual nível de produção energética e gerará, em princípio, um excedente de 25 MW para comercialização, acrescentando mais um item à carteira de produtos do grupo".

Ainda de acordo com o BNDES, os equipamentos a serem instalados na usina têm capacidade de elevar a produção de energia elétrica para até 55 MW, caso a planta agrícola aumente.

Leilão do ano passado

O Brasil detém matéria-prima abundante para geração de eletricidade a partir da biomassa. Além disso, aparentemente, as usinas sucroalcooleiras têm interesse em começar (ou ampliar) a geração de eletricidade. Por estes motivos, no ano passado o governo federal decidiu fazer um leilão específico para a biomassa. Porém o resultado não foi muito satisfatório. A licitação teve pouca adesão das usinas, o que motivou o governo a adiar o leilão em duas semanas. No final, 44 empreendimentos se inscreveram para ofertar sua energia e apenas 31 fecharam negócio. O volume contratado foi de 548 MW, sendo que a expectativa era a de vender mais de 1 mil MW.

Na época, representantes do setor afirmaram que o pequeno interesse em vender a eletricidade no leilão se deu por conta do preço-teto para a energia proposto pelo governo (de R\$ 150 por megawatt-hora).

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 6)(Roberta Scrivano)

REGISTRO - LEILÃO DE EÓLICA EM JUNHO (Gazeta Mercantil) 10/02/09

10 de Fevereiro de 2009 - O governo federal prevê realizar em junho deste ano o primeiro leilão específico para a venda de energia eólica. A informação foi dada ontem pelo ministro Edison Lobão, de Minas e Energia, após participar de audiência pública sobre o Plano Decenal de Energia 2008-2017.

10 anos de CCEE

Hoje a Câmara de Comercialização Energia Elétrica (CCEE) completa 10 anos. Para comemorar o aniversário do órgão, o presidente do conselho de administração da instituição, Antônio Carlos Fraga Machado, fará um balanço da atuação da Câmara ao longo da década, bem como do futuro do modelo de comercialização de energia no Brasil.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 6)

Governo precisa adotar ações coordenadas contra a crise (Gazeta Mercantil) 10/02/09

10 de Fevereiro de 2009 - O presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), Marcio Pochmann, avalia que há, finalmente, no Brasil, há uma "convergência de ações" para enfrentar os efeitos da crise financeira global na economia brasileira. Para o economista, diferentemente do que aconteceu em outros períodos de turbulência internacional, as medidas adotadas pelo Banco Central (BC), ao reduzir a taxa básica de juros, e pelo Ministério da Fazenda caminham no mesmo sentido. "Depois de muito tempo, há uma convergência de ações. Agora, há um sentimento de que é necessário defender a produção e o emprego."

Para Pochmann, entretanto, a atual crise internacional abre oportunidades para mudanças "mais drásticas", como, por exemplo, uma forte redução da Selic. "Seria completamente plausível que o Banco Central tivesse uma reunião extraordinária para fazer um corte na taxa de juros", propôs. O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC decidiu reduzir em um ponto percentual a Selic, para 12,75% ao ano, em janeiro. A próxima reunião para decidir os rumos da política monetária está marcada para março. "O cenário a partir do qual o BC tomou a decisão se alterou de forma significativa no final do ano passado, pelos dados eram conhecidos na época", disse.

Ele também defendeu a "desburocratização" para agilizar as medidas contra crise, em uma ação coordenada envolvendo, não apenas o Executivo, mas também o Legislativo e Judiciário. A crise precisa de injeção na veia, mas como fazer isso com o marco regulatório que temos hoje?"

A.C.S.

(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 9)(A.C.S.)

Analistas projetam PIB em 1,7% e alta de 4,73% do IPCA de 2009 (Gazeta Mercantil) 10/02/09

Brasília, 10 de Fevereiro de 2009 - Inflação em alta e produção em queda. Esse é o novo cenário traçado para a economia brasileira em 2009 pelos agentes de mercado consultados pelo Banco Central (BC) em pesquisa semanal de expectativas, com resultados divulgados ontem no boletim Focus. A nova estimativa de variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é de 4,73% no ano, frente projeção de 4,60%, no boletim da semana anterior. Simultaneamente houve redução da estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 1,7% no ano, frente 1,8% na semana anterior.

Varição do IPCA

Mesmo com elevação da expectativa, o IPCA projetado pelo mercado fica dentro da meta do governo, que estipula variação de 4,5%, com possibilidade de oscilação entre 2,5% e 6,5% no ano. Houve também elevação da projeção do Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI), de 4,49% para 4,63%.

Entre os indicadores de inflação, foi revisada ainda a projeção para o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe), de 4,50% para 4,53%. Foi mantida estimativa de alta de 4,24% para o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), assim como permaneceu em 5% a projeção de alta dos preços administrados.

A piora em relação às expectativas de comportamento da inflação reverte tendência verificada nas últimas semanas, quando houve até mesmo redução dos índices projetados. Nos dois primeiros boletins de expectativas divulgados no ano, vigorava projeção de alta de 5% no IPCA. A partir daí foram três semanas de revisões de estimativas, sempre com apostas em quedas da inflação, o que só foi revertido nesta última semana.

Expansão da economia

Em relação ao PIB, as apostas do mercado são, sucessivamente, por índices cada vez mais fracos. No começo do ano, a pesquisa do BC indicava projeções de alta de 2,4% do PIB em 2009. As apostas caíram para 2%, depois para 1,8% e agora chegaram ao índice de 1,7%. A estimativa de crescimento da produção industrial também foi revisada, e para baixo, caindo de 2%, na semana anterior, para 1,5%, nesta mais recente edição do boletim de expectativas.

O alerta do mercado é que a economia mingua e a inflação aumenta mesmo com mudanças na política monetária. Isso porque as projeções relativas ao patamar previsto para a Selic no final de período são de 10,75%, o mesmo nível projetado pelos analistas de mercado na semana anterior. Ou seja, é considerado certo que o juro básico da economia vai cair da atual faixa de 12,75%, mas essa aposta indica que nem mesmo a redução de 2 pontos percentuais será suficiente para atenuar os efeitos negativos da crise sobre a economia.

Taxa de câmbio

Além dos resultados negativos previstos para inflação e crescimento do PIB, os agentes de mercado consultados pelo BC apontam ainda que não há espaço para recuo na taxa de câmbio. As novas estimativas mantêm expectativa de que o dólar valerá R\$ 2,30 no final do ano, a mesma previsão da semana passada. Desde o início da crise, entretanto, o BC tem realizado intervenções no mercado de câmbio. Somente em vendas diretas, mais de US\$ 13 bilhões das reservas internacionais já foram utilizados para conter as cotações, que não mostram sinais de que poderão voltar aos patamares do ano passado.

O mercado reduziu também a previsão de chegada de recursos via Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), de US\$ 23 bilhões para US\$ 22,5 bilhões. A projeção de superávit na balança comercial foi mantida em US\$ 14 bilhões e a de déficit em conta corrente em US\$ 25 bilhões. Nesse cenário mais restritivo, os agentes de mercado fizeram revisão da estimativa da relação entre a Dívida Líquida do Setor Público e PIB, de 36,6% para 36,3%

(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 4)(Ayr Aliski)

Produção de açúcar no Brasil será 11% maior (Gazeta Mercantil) 10/02/09

Dubai e São Paulo, 10 de Fevereiro de 2009 - A maior área plantada com cana na safra 2009/10 deve alavancar em 11% a produção de açúcar do Brasil, maior produtor mundial da commodity. De acordo com dados da consultoria Datagro, a produção pode subir para 35,2 milhões de toneladas, ante os 31,6 milhões do ciclo 2008/09. "A demanda pelo açúcar brasileiro tem ganhado força em meio à escassez de produção e queda nos custos de transporte", justificou o presidente da Datagro, Plínio Nastari, durante a Kingsman Dubai Sugar Conference.

No entanto, a falta de crédito e baixa nos preços do açúcar podem levar os agricultores do País a usar mesmos pesticidas e fertilizantes, o que pode reduzir a produção nos próximos dois anos, segundo Nastari. O Brasil deverá moer 598 milhões toneladas de cana-de-açúcar e produzir 27,91 bilhões de litros de etanol na safra de 2009/10, em comparação com 566 milhões de toneladas de cana e 27 bilhões de litros de etanol na safra anterior.

As exportações de etanol devem cair para 3,75 bilhões litros no período 2009/10, frente a 5,05 bilhões de litros para a atual safra, de acordo com o presidente da Datagro, que acrescentou que o crescimento da demanda doméstica compensará as quedas nas exportações, ele acrescentou.

Moagem

Na safra 2008/09, que será concluída oficialmente em março, diversas usinas do Centro Sul do Brasil conseguiram bater recorde de moagem. A usina Equipav Açúcar e Álcool, localizada em Promissão (SP), divulgou que no dia 28 de janeiro concluiu sua moagem que bateu recorde de 6,5 milhões de toneladas de cana, 1,1 milhão a mais que na safra passada. A usina produziu 6 milhões de sacas de açúcar e 344 milhões de litros de álcool, entre anidro e hidratado. Foram produzidas mais de quatro mil toneladas de levedura, além de 283 mil MegaWatts (MWh) de energia, sendo que esta ainda é produzida durante a entressafra. Entre fevereiro e fim de março a usina ficará em manutenção.

Outro grupo que obteve recorde de moagem foi o São Martinho, que com suas três usinas, atingiu na safra 2008/09 a maior moagem de cana de sua história. Foram processadas um pouco mais de 12 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, 17,5% mais que na safra passada (2007/08). O grupo produziu 555,3 mil toneladas de açúcar e 674,3 milhões de litros de etanol.

De acordo com dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) o Centro Sul do País moeu até 15 de janeiro 499,6 milhões de toneladas, número que deve superar 500 milhões até o final da safra, com a moagem de 26 usinas que ainda permanecem. Dessas, dez devem continuar a moagem até o início da nova safra, em abril, desde que as condições climáticas permitam. A produção de açúcar até 15 de janeiro atingiu o volume de 26,75 milhões de toneladas, 2,11% superior à produção da safra anterior. A produção de etanol no Centro-Sul totalizou 24,79 bilhões de litros, 22,59% superior ao produzido na safra anterior. Deste total, 8,59 bilhões foi de etanol anidro e 16,2 bilhões de etanol hidratado, desempenhos superiores à safra anterior em 20,36% e 23,81%, respectivamente.

(Gazeta Mercantil/Finanças & Mercados - Pág. 9)(Bloomberg News e Redação)

Concessionárias divulgam plano de investimento de R\$ 23 bi para 2009 (Valor Econômico) 10/02/09

Josette Goulart, de São Paulo

Os planos de investimentos de dezoito concessionárias do serviço público, com ações cotadas na Bolsa de Valores de São Paulo, devem atingir R\$ 23 bilhões neste ano de 2008, segundo dados divulgados pelas empresas e também com estimativas do banco americano JP Morgan. Um relatório que acaba de ser divulgado pela equipe de analistas do banco mostra que, desse total, cerca de 60% será destinado a projetos de geração de energia. "Ao contrário de outros setores, que vão investir menos em função da crise de crédito, nós damos as boas-vindas a estes pesados investimentos no setor de concessão de serviços públicos porque dão bons retornos", diz o relatório assinado pela chefe de análise do banco, Lilyanna Yang.

Das 18 empresas, 15 são do setor elétrico e as outras três são Sabesp, Copasa e Comgás. A Sabesp fará investimentos de R\$ 1,6 bilhão e a maior parte em projetos de coleta e tratamento de esgoto, segundo explica o superintendente de captação de recursos da empresa, Mário Sampaio. Cerca de 80% dos recursos necessários já estão assegurados para realizar os planos.

Entre as elétricas, o destaque é o plano da Eletrobrás, que sozinha prevê investir R\$ 7,9 bilhões, ou cerca de 35% do total estipulado pela empresas que fazem parte da pesquisa. A estatal tem previsão de fazer fortes investimentos em geração, até porque é sócia das principais hidrelétricas em construção recente no país, por meio de suas empresas como Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul.

A Eletrobrás tem participação direta nas duas usinas que estão sendo construídas no rio Madeira, as quais, juntamente, terão capacidade superior a 6.500 megawatts de geração e vão exigir investimentos superiores a R\$ 20 bilhões. A estatal ainda sagrou-se a grande vencedora dos leilões de transmissão que vão ligar as usinas que ficam em Porto Velho ao Sudeste do país.

A empresa também fará altos investimentos no setor de distribuição, nas chamadas empresas federalizadas que ficam no Norte e Nordeste do país. Só neste ano, elas vão receber cerca de R\$ 1,6 bilhão. Mas segundo o JP Morgan, eles ainda estão céticos de que o retorno destes investimentos se dará no curto prazo.

Na avaliação do banco, em termos de retorno, as empresas de distribuição de energia deveriam adiar os investimentos, cerca de R\$ 6 bilhões, pelo menos no curto prazo. Mas as empresas seguem regras da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e precisam investir em manutenção e extensão da rede de distribuição. A Eletropaulo, por exemplo, vai investir R\$ 500 milhões e em entrevista concedida no início do ano, o presidente da empresa, Britaldo Soares, dizia acreditar ser difícil que esse número fosse reduzido, em função da crise.

Depois da Eletrobrás, na lista elaborada pelo JP Morgan, seria a MPX Energia, do empresário Eike Batista, a que mais investiria nesse ano, cerca de R\$ 3,2 bilhões. Mas a empresa informou, por meio de sua assessoria, que esse valor será

investido até 2012. Ao longo desse ano, os investimentos são de R\$ 1,5 bilhão. Os projetos da empresa são todos de geração, com usinas termelétricas e energia já vendidas em leilão. A empresa hoje não tem geração de receita porque suas usinas ainda estão em construção, e os principais investimentos serão feitos em Pecém, onde detém uma parceria com a EDP Energias do Brasil. A empresa portuguesa também investirá cerca de R\$ 1,2 bilhão neste ano e a maior parte será em projetos de geração. O presidente da companhia, Antonio Pita de Abreu, tem reiteradamente mostrado que esse será o caminho a ser seguido pela empresa.

Os projetos de geração tem forte apoio do BNDES, como lembra o relatório do JP Morgan, porque o governo federal está focado em ampliar a oferta de energia no país pelo menos nos próximos cinco anos. Os cerca de R\$ 11 bilhões a serem investidos em geração, neste ano, já estão fortemente amarrados com projetos aprovados ou em fase de aprovação no BNDES. Poucos ainda precisam ser fechados com o banco, como alguns da Energias do Brasil e da MPX, segundo o JP Morgan.

A Terna Participações e Cesp são as que menos devem aplicar recursos em expansão. A Cesp porque precisa pagar sua dívida em dólar, como lembra o banco. Já o presidente da Terna Participações, Alessandro Fiocco, diz que a empresa fará investimentos em expansão e também em manutenção de linhas já construídas.

Governo do RJ quer sócios privados na gestão de agência de investimento (Valor Econômico) 10/02/09

Chico Santos, do Rio

O histórico de desmandos e uso para fins políticos dos bancos estaduais, fossem comerciais ou apenas instituições de fomento, acabou por transformá-los em espécies quase em extinção na esteira das privatizações dos anos 1990. A volta dos bancos comerciais privatizados é algo, hoje, absolutamente sem espaço, mas se assiste a um movimento de criação e robustecimento dos bancos de desenvolvimento regionais. Mas, como dar transparência para que eles não voltem a incorrer nos vícios do passado? A proposta do governo do Rio é dividir com o capital privado o controle e a gestão da sua agência, a Investe Rio. Leo Pinheiro/Valor

Mauricio Chacur: "Queremos blindar a instituição em relação a vícios do passado"

Segundo Mauricio Chacur, presidente da agência, além do controle do Banco Central (BC) ser hoje bem mais rígido do que no passado, a incorporação de sócios privados, com assentos no conselho de administração, dará a transparência necessária a que essas instituições voltem a ter a confiança da sociedade em geral. Ele disse que já contactou várias empresas, incluindo a distribuidora/geradora de energia elétrica Light e a Gás Natural, distribuidora da gás encanado no Estado.

O estatuto da instituição permite que o capital privado fique com até 49% do controle, mas Chacur disse que, realisticamente, pretende que, ao final deste ano, de 25% a 30% do capital da Investe Rio esteja nas mãos de sócios privados, que teriam dois assentos no Conselho de Administração da agência. As divergências entre os sócios, segundo a proposta de Chacur, serão resolvidas por arbitragem e a instituição terá um manual de governança para balizar a ação dos seus dirigentes.

"Queremos, digamos assim, blindar a instituição em relação a vícios do passado", disse Chacur. Segundo ele, há hoje no Brasil um movimento de renascimento das agências estaduais de desenvolvimento. Na sua opinião, é uma iniciativa importante até para dar mais capilaridade, na condição de agentes credenciados, aos empréstimos do BNDES, principal instituição oficial de fomento do país, fazendo um papel que os bancos privados fazem a um custo sempre questionado como excessivo.

A Investe Rio foi criada em 2005, no governo de Rosinha Matheus (PMDB), mas com um capital de apenas R\$ 4 milhões. Em 2007, já no governo Sérgio Cabral, a instituição recebeu uma injeção de capital de R\$ 30 milhões, e no ano passado, com nova injeção de R\$ 50 milhões e mais a incorporação de resultados, a empresa passou a ter um capital de quase R\$ 100 milhões, o que, pela legislação do BC, lhe permite emprestar até quase R\$ 1 bilhão.

Além disso, a agência administra dois fundos estaduais, o Fundo de Recuperação dos Municípios do Norte Fluminense, que já tem R\$ 90 milhões em empréstimos contratados, e o Programa de Apoio Solidário (PAS), que está lançando uma linha com juros de 7,5% a 9,5% ao ano para ajudar na recuperação de maquinário e instalações de empresas do norte e noroeste do Estado, devastadas pelas enchentes deste verão.

Os empréstimos com recursos próprios, admite Chacur, ainda são muito poucos, mas há uma carteira em análise de R\$ 280 milhões, apesar da retração de alguns setores com a crise econômica. Segundo Chacur, a ideia é atuar no espaço deixado pelo BNDES, que só financia diretamente operações superiores a R\$ 10 milhões. No final do ano passado, a Investe Rio, que só emprestava para pequenas e médias empresas, foi autorizada a operar também com as companhias de grande porte.

Governo reduz subsídios ao campo em 2008 (Valor Econômico) 10/02/09

Mauro Zanatta, de Brasília

Para além da aversão dos bancos ao risco de emprestar ao setor rural em meio à crise financeira global, boa parte dos problemas de crédito enfrentados por produtores e cooperativas rurais durante o plantio da atual safra teve como componente a forte retração dos gastos do governo com subsídios para financiamento e equalização de juros nas operações de custeio e investimento rural e agroindustrial, inclusive no segmento familiar.

A retração dos gastos públicos com subvenções prejudicou a tradicional alavancagem das operações de financiamento ao setor, reduzindo a oferta de crédito, aponta um estudo inédito elaborado pelo Ministério da Agricultura com dados do Tesouro Nacional sobre as despesas da União na área rural. O levantamento mostra que as despesas do governo com subsídios ao crédito rural caíram 58,6% em 2008 na comparação com o ano anterior.

"Como em 2008 houve uma retração das tradings e dos fornecedores de insumos, houve uma redução desnecessária da oferta de crédito", afirma o coordenador-geral de Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura, José Garcia Gasques.

A decisão do governo reduziu em R\$ 1,32 bilhão o apoio público que poderia multiplicar os recursos no setor. Isso levou o total dos desembolsos para a agricultura ao pior desempenho nos últimos quatro anos. Executor dessas despesas, o Ministério da Fazenda gastou apenas 45,8% do orçamento de R\$ 5,1 bilhões para subvenções econômicas concedidas ao setor rural. "A redução das aplicações representou menor capacidade de alavancar recursos junto ao sistema bancário porque ocorreu em áreas que necessitam de subvenção econômica, especialmente o crédito rural", observa Gasques.

Como os recursos aplicados pelo governo na equalização das taxas de juros têm um poder elevado de obter novos financiamentos, "houve perda de oportunidade" de ampliar as aplicação de crédito rural em 2008, segundo o coordenador-geral. No geral, os gastos com crédito rural recuaram de R\$ 3,58 bilhões, em 2007, para R\$ 2,26 bilhões no ano passado. Mas houve casos em que as despesas recuaram 122%, como nos financiamentos e equalização de juros nas operações de custeio agropecuário - de R\$ 1,116 bilhão para R\$ 503,8 milhões.

Mesmo o crédito para a reforma agrária, normalmente preservado dos cortes pelo governo, registrou redução de 4,2% nos subsídios, que caíram de R\$ 1,78 bilhão para R\$ 1,71 bilhão nos financiamentos de instalação de famílias assentadas, aquisição de terras e o fundo de garantia-safra.

Os subsídios para equalização de juros no Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) também foram reduzidos em 42,5% pelo governo neste período. Os gastos recuaram de R\$ 1,6 bilhão para R\$ 1,12 bilhão. "Houve redução de despesas em setores que naturalmente têm escassez de recursos para custeio e investimento", diz José Garcia Gasques. O ano de 2008 marcou a primeira vez que a destinação de recursos para a concessão de crédito para a reforma agrária superou os subsídios ao Pronaf.

Os gastos do governo com a comercialização da safra anterior (2007/08), em pleno auge dos preços das commodities nas bolsas e mercados futuros, tiveram uma forte retração de três vezes o aplicado em 2007. As despesas despencaram de R\$ 2,8 bilhões, em 2007, para apenas R\$ 878 milhões no ano passado.

Os gastos foram reduzidos principalmente nos instrumentos de garantia e sustentação de preços na comercialização, que diminuíram de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 184,4 milhões.

O levantamento com dados do Tesouro Nacional em 2008 indica, ainda, ter havido uma redução significativa nas despesas em programas de longo prazo do próprio Ministério da Agricultura. Embora tenha havido uma elevação dos gastos com defesa sanitária animal, as despesas com programas importantes para o setor registraram um recuo. Foram os casos dos investimentos em normalização e fiscalização, ordenamento territorial, tecnologia da informação, vigilância sanitária e epidemiológica, formação de recursos humanos, recuperação de áreas degradadas, energia elétrica e transporte hidroviário.

"Essas funções efetivaram, em 2008, 1% das despesas da Agricultura. Algumas delas não tiveram nenhuma despesa executada", diz Gasques. "Como há enormes carências de investimento em todas essas áreas, percebe-se que é necessário rever a atual distribuição de prioridades da Agricultura", aponta o coordenador-geral.

Fundos de ações dedicados ao Brasil captam em fevereiro (Valor Econômico) **10/02/09**

Por Eduardo Campos, do Valor Online

O mês de fevereiro começou de maneira bastante positiva para os fundos de ações dedicados ao mercado brasileiro. Essa categoria apresentou captação de US\$ 136 milhões na semana encerrada dia 4. Este é o melhor resultado desde meados do segundo trimestre de 2008.

Segundo a EPFR Global - consultoria responsável pelo acompanhamento de fundos de investimento que somam US\$ 11 trilhões -, o bom desempenho dos veículos de investimentos direcionados ao Brasil garantiu a quinta semana consecutiva de entrada de recursos na categoria fundos de ações da América Latina. Essas carteiras dedicadas ao mercado latino-americano já receberam mais de US\$ 500 milhões no acumulado de 2009. Para efeito de comparação, em igual período do ano passado, os resgates passam de US\$ 2 bilhões, de acordo com a EPFR.

Ainda entre os emergentes, os fundos classificados como mercados emergentes globais (GEM, na sigla em inglês) e Ásia (ex-Japão) também registraram entrada de recursos. Já os emergentes da Europa, Oriente Médio e África (EMEA, na sigla em inglês) marcaram a 30ª semana de saques. Segundo a EPFR, os EMEA perdem devido à grande dependência de petróleo da Rússia e dos países de Oriente Médio.

O desempenho positivo das carteiras voltadas aos mercados emergentes contrasta com o comportamento geral dos fundos de ações, que apresentaram resgates de US\$ 4,42 bilhões na semana. No entanto, a consultoria ressalta que os números foram negativamente influenciados por movimentações em Exchange Traded Funds (ETF, fundos com cotas negociadas em bolsa e que reproduzem um índice de mercado).

Destaque para a retirada de dinheiro da categoria money market funds - fundos que buscam investimento de curto prazo e que têm baixo risco. Essa classe apresentou resgates de US\$ 21,4 bilhões na semana, pior desempenho desde setembro, quando a segurança dos investimentos foi posta à prova pela crise financeira. Mas aqui também cabe ressalva: a EPFR Global explica que a maior parte dos saques veio de dois fundos geridos por um mesmo gestor.

Para o diretor-gerente da EPFR Global, Brad Durham, embora grandes saques em alguns fundos tenham distorcido os números da semana, os dados recentes mostram que os money market funds perderam atratividade ante outras aplicações. "Isso sugere que os investidores estão buscando formas de colocar o dinheiro para trabalhar em vez de apenas preservá-lo", disse Durham em comunicado.

Entre os países desenvolvidos, enquanto o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, tenta convencer os congressistas a aprovar seu plano de estímulo à economia, os investidores sacaram US\$ 1,82 bilhão dos fundos de ações dos Estados Unidos. Com isso, a perda de dinheiro no acumulado do ano já ultrapassa US\$ 11 bilhões. De acordo com a consultoria, apesar do desempenho ruim, o valor resgatado não representa nem metade do dinheiro perdido em igual período do ano passado. Nas cinco primeiras semanas de 2008, a categoria já amargava saques de US\$ 28,8 bilhões.

Na Europa, as perdas também foram acentuadas, passando de US\$ 2,1 bilhões. Esses números, no entanto, não levam em conta os fundos de ações voltados para a região do Reino Unido. No mercado europeu, pela segunda semana seguida, grande parte do dinheiro sacado ficou concentrado em apenas uma carteira, o iShares DivDAX, um ETF listado na Alemanha.

Com dados macroeconômicos ruins, aumento do desemprego e iene forte derrubando as exportações, a aversão à economia japonesa se manteve. Pela 18ª semana seguida os fundos de ações do Japão perderam dinheiro. Os saques acumulados no ano já passam de US\$ 1 bilhão. A EPFR Global lembra, entretanto, que em igual período do ano passado a perda era ainda maior, com a retirada de US\$ 3,8 bilhões nas cinco primeiras semanas de 2008.

Entre os fundos setoriais, o surgimento de notícias apontando a criação de um "bad bank" para concentrar ativos podres dos bancos dos EUA deu fôlego aos fundos de finanças, além de imóveis e construção. Os setoriais de commodities também ganharam dinheiro, beneficiados pelos juros baixos e pela visão de alguns agentes de que a inflação volta à pauta assim que o efeito dos planos de estímulo anunciados ao redor do mundo começar a aparecer. Na semana, o grupo recebeu US\$ 252 milhões. Os fundos de saúde e biotecnologia, bens de consumo, tecnologia e telecom também receberam dinheiro. Já energia e serviços públicos foram alvo de pequenos saques.

Aneel e ONS (Valor Econômico - Cartas) 10/02/09

"Em relação à matéria 'Gás boliviano gera 'bate-boca' entre Aneel e ONS' (edição de 09/02), ela apresenta uma imagem distorcida do setor elétrico, comprometendo a imagem do Operador Nacional do Sistema Elétrico. Construída a partir de documentos oficiais, a matéria utiliza correspondências trocadas entre a agência reguladora e fiscalizadora (Aneel) e o órgão fiscalizado (ONS), para fazer ilações, julgamentos e interpretações de todo descabidas. Consideramos inaceitáveis as afirmações de que 'uma troca de ofícios..., em temperatura elevada, expôs curto-circuito entre duas autoridades do setor', ou 'a leitura das cartas evidencia a desconfiança, por parte da agência reguladora...', ou que 'o presidente do ONS demonstra irritação com Vasconcelos e diz que suas comparações não têm pertinência'. As correspondências são documentos processuais e regulamentares, previstos na regulação vigente e nos Procedimentos de Rede do ONS, que de nenhum modo retratam desconfianças, irritações, nem expõem curto-circuitos entre autoridades do setor. A matéria faz alusão a uma 'clara mensagem (do diretor-geral do ONS) para tirar o superintendente (da Aneel) das discussões'. Neste caso, o autor não foi fiel ao texto da carta do ONS à agência reguladora, em que se faz referência a 'reunião específica com a participação do diretor-geral da Aneel e do ONS'. Finalmente, ao taxar a troca de correspondências no curso do processo de fiscalização de 'bate-boca', o jornalista vulgariza e personaliza de modo indevido o relacionamento institucional entre o ONS e a Aneel. Registramos nossa estranheza em não termos sido procurados para nos manifestar sobre a questão."

Hermes J. Chipp - Diretor Geral da ONS

Nota da Redação: Os ofícios trocados entre as duas instituições são públicos e estão à disposição de qualquer interessado no Protocolo da Aneel. As quatro correspondências citadas na matéria totalizam 40 páginas e o jornal apenas reproduziu trechos escritos pelos missivistas.

Consumo de álcool cai em janeiro (Valor Econômico) 10/02/09

Mônica Scaramuzzo, de São Paulo

O consumo de álcool combustível apresentou uma ligeira queda no mês de janeiro em relação a dezembro na região Centro-Sul do país, como reflexo do período de férias. No mês passado, o consumo atingiu cerca de 1,8 bilhão de litros, recuo de 3% sobre dezembro, segundo dados preliminares da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica). Mas em relação a janeiro de 2008, o aumento é de cerca de 30%, de acordo com Antonio de Padua Rodrigues, diretor-técnico da Unica.

"A média mensal de consumo do combustível em novembro, dezembro e janeiro ficou em 1,284 bilhão de litros para o tipo hidratado e 471 milhões de litros para o anidro", afirmou Rodrigues. Em 2008, as vendas totais de álcool no mercado interno somaram 20 bilhões de litros, dos quais 14 bilhões foram do tipo hidratado e 6 bilhões do anidro. Em relação a 2007, o crescimento do consumo foi de 26,5%. As exportações, no mesmo período, foram de 2,1 bilhões de anidro e 2,31 bilhões de hidratado.

Para 2009, as perspectivas são positivas por conta das vendas crescentes de veículos flexfuel. Em janeiro, a comercialização de carros flex atingiu 163.545 unidades, um aumento de 3% sobre dezembro. Mas em relação a janeiro do ano passado, as vendas recuaram 9%, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

"Estimamos para 2009 um incremento no consumo de mais de 2 bilhões de litros de álcool [para 22 bilhões de litros]", afirmou Rodrigues. Essas projeções de aumento de consumo, ainda conservadoras, consideram um cenário negativo, com um recuo nas vendas de flexfuel em até 20%. Mas Rodrigues não acredita em queda na comercialização para este tipo de veículo.

Na semana encerrada no dia 7 fevereiro, o álcool combustível está mais competitivo em relação à gasolina em 18 dos 27 Estados do país, segundo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Abastecer com o etanol é mais vantajoso que a gasolina quando sua relação de preço está abaixo de 70%. Mas em dez Estados, onde o álcool ainda é competitivo, a relação de preços está acima de 65%.

Considerando que as usinas do setor sucroalcooleiro estão em plena entressafra no Centro-Sul, a atual competitividade a favor do álcool neste período é considerada muito alta, uma vez que entre janeiro e abril os preços do produto costumam ser mais firmes por conta da redução de oferta na região.

Árvore cai sobre rede elétrica no Morumbi, em São Paulo (Estadão Online 19:31h) 09/02/09

FABIO M. MICHEL - Central de Notícias

São Paulo, 9 - A chuva da tarde desta segunda-feira, 9, derrubou uma árvore de grande porte do alto de um barranco de cerca de dez metros, no bairro do Morumbi, zona Sul de São Paulo. Não houve feridos. O acidente ocorreu por volta das 15h, segundo o Corpo de Bombeiros da capital. A queda bloqueou completamente a Rua São Paulo, próximo à Praça Poeta Carlos Drummond de Andrade. Fios elétricos também foram atingidos, mas a Eletropaulo informa que não houve corte de energia na região. Os bombeiros foram chamados para isolar a área e serrar o tronco da árvore, a fim de liberar o trânsito.

Terna Participações realiza reestruturação financeira para pagar dívida de curto prazo (CanalEnergia) 09/02/09

Empresa vai se retrair nas participações em leilões e aquisições para estimular crescimento orgânico do negócio

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Negócios

A Terna Participações está estudando formas de resgatar notas promissórias lançadas no ano passado com vencimento previsto para maio deste ano. O valor da operação de R\$ 570 milhões já foi parcialmente amortizado já que R\$ 95

milhões entre principal e dívida foram quitados em 2008. Segundo Paulo Siedel, diretor de Relações com Investidores e gerente Financeiro da companhia, há três opções em estudo: empréstimo bancário, nova captação de recursos ou financiamento da matriz italiana.

Os acionista brasileiros já aprovaram a captação da linha de R\$ 500 milhões disponibilizada pela Terna SpA. Os recursos, explicou Siedel, por enquanto, são os mais baratos a disposição no mercado. Ele contou que, apesar da melhora do mercado nos últimos meses, as condições ainda não são adequadas para o perfil da companhia. "Os recursos disponíveis são caros e de prazo curto", afirmou o executivo em entrevista a Agência CanalEnergia nesta sexta-feira, 9 de fevereiro.

A dívida total da Terna fechou o ano passado em R\$ 1,683 bilhão, sendo R\$ 646,3 milhões de curto prazo. "Temos previsão de enfrentar o financiamento desse empréstimo [notas promissórias] como parte do objetivo da reestruturação financeira, o que quer dizer alongar essa dívida", disse Alessandro Fiocco, diretor-geral da transmissora. As nota foram lançada em maio passado para pagar o empréstimo feito para a aquisição da ETEO.

Fiocco ressaltou que, apesar do crescimento da dívida que em 2007 era de R\$ 1,230 bilhão, a geração de caixa da companhia a permite operar com tranquilidade. No ano passado, o Ebtida consolidado do grupo ficou em R\$ 531 milhões em 2008, superior em 20,1% aos R\$ 442 milhões de 2007. "A relação dívida/geração de caixa é bastante confortável", salientou. A dívida da empresa é 2,6 vezes superior a capacidade de geração de caixa anual.

Dentro da reestruturação financeira, a empresa também está reduzindo custos operacionais. Uma das medidas é a internalização das atividades de Operação e Manutenção, que antes eram realizadas por empresas contratadas. "Estamos buscando a eficiência operacional", afirmou Fiocco. A estratégia é um dos pilares das estratégias da companhia para este ano.

A Terna também deverá ter uma atuação bem mais comedida este ano em relação a aquisições e participação em leilões. "Vamos cuidar um pouco mais do desenvolvimento orgânico da empresa. Em relação a novas oportunidades seremos mais seletivos com menos riscos e intensidade de investimentos", afirmou Fiocco. Ano passado, a empresa investiu R\$ 57,2 milhões, contra R\$ 16,5 milhões em 2007. O aumento se deveu a novos projetos e reforços nos ativos.

Para este ano, Fiocco disse que os investimentos se concentrarão no reforço e na conclusão de algumas novas obras como da subestação Serra da Mesa II, com término prevista para o segundo semestre. "O nível de investimento de melhorias e aprimoramentos ficam com proporção tranquila em relação a geração de caixa, 3% do nível total", calculou.

Os executivos não quiseram comentar declarações do presidente da Terna SpA sobre uma possível venda da participação na empresa brasileira. De acordo com Paulo Siedel, a declaração não afetou o dia-a-dia da companhia. "O viés negativo da notícia não afetou", disse. Para Fiocco, a informação representa um desafio e uma oportunidade para a companhia. "A Terna é uma empresa jovem que tenta se espelhar em padrões avançados de gerenciamento", resumiu.

Belo Monte: Abraceel negocia participação de 50% para o mercado livre (CanalEnergia) 09/02/09

Comercializadoras podem ter isonomia em relação a distribuidoras no leilão previsto para o fim do ano

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

O mercado livre pode ter uma participação isonômica em relação as distribuidoras no leilão da hidrelétrica de Belo Monte (PA-11.180 MW) previsto para o quarto trimestre deste ano. A Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica está negociando junto ao Ministério de Minas e Energia as condições de participação das comercializadoras no certame. Uma das reivindicações é a disponibilização de energia para o segmento superior a cota de 30% usada nas usinas do Rio Madeira.

Segundo Paulo Pedrosa, presidente da Abraceel, a intenção é ter 50% da energia reservada as comercializadoras. "O objetivo é que as comercializadoras atuem como compradoras. Não há impedimento legal", ressaltou o executivo em entrevista para a Agência CanalEnergia nesta segunda-feira, 9 de fevereiro. Ele comentou que empresas do setor são, algumas vezes, maiores que distribuidoras para as quais a energia dos leilões, normalmente, é reservada.

Ao contrário de Santo Antônio e Jirau nas quais os empreendedores disponibilizaram a energia, em Belo Monte, as comercializadoras teriam papel ativo na disputa porque se habilitariam da mesma forma que as concessionárias de distribuição. "As empresas se habilitariam, declarariam as quantidades e apresentariam as garantias em isonomia com

as distribuidoras", contou Pedrosa. Segundo ele, a proposta teve boa receptividade do MME. "Há disposição do ministério em discutir os aspectos técnicos e econômicos da proposta".

Pedrosa afirmou que nos próximos dois meses espera ter definido os pontos sobre a ampliação da quantidade de energia e da forma de participação no leilão. "Precisamos avançar rápido porque o tempo é curto", disse o presidente da Abraceel, em relação a data prevista para o certame. Em breve, a entidade volta a mesa de negociação com o MME para conversas sobre os aspectos econômicos da proposta. "Não há dificuldades operacionais".

O executivo argumentou que essa medida é importante porque o mercado livre não tem participado dos leilões de expansão do parque gerador. "O mercado livre está gerando boa parte do PIB brasileiro, gerando emprego, competitividade e pagando impostos. Ele não pode estar excluído de expansão competitiva", frisou Pedrosa. Formado em grande parte por consumidores industriais, o mercado livre corresponde a cerca de um quarto do consumo nacional de energia.

De acordo com Pedrosa, o MME está mais aberto as reivindicações do segmento livre. Ele vê avanços em questões como liquidez dos contratos, relacionada a possibilidade de os consumidores negociarem os excedentes no mercado. "As questões têm tido um tratamento técnico pelo ministério", ponderou.

CMSE adia decisão sobre nível-meta para reservatórios (CanalEnergia) 09/02/09

Comitê optou pela prorrogação para esperar revisão de cargas e de consumo pela EPE

Da Agência CanalEnergia, OeM

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico adiou a decisão sobre o nível-meta dos reservatórios, possivelmente para o próximo mês. Em reunião nesta segunda-feira, 9 de fevereiro, o comitê optou pela prorrogação para esperar uma revisão de cargas e de consumo pela Empresa de Pesquisa Energética. O presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, contou que o grupo achou melhor não estabelecer as metas agora para, daqui a três meses, não precisar de outra revisão e conseqüentemente a necessidade de um novo nível-meta.

"Então, era melhor esperar até março, com uma idéia melhor do consumo, para estabelecer uma meta para o ano", explicou o presidente da EPE à Agência Brasil. Tolmasquim destacou também que os reservatórios estão muito cheios, atualmente, e que não há necessidade de as térmicas serem acionadas. As informações são da Agência Brasil.

Serviço de teleatendimento de distribuidoras terá sessão presencial na quarta-feira, 11 (CanalEnergia) 09/02/09

Objetivo é obter contribuições para aprimorar resolução que trata das metas e condições de atendimento dessas centrais

Da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

A Agência Nacional de Energia Elétrica promove na próxima quarta-feira, 11 de fevereiro, em sua sede em Brasília, sessão presencial da audiência pública sobre o serviço de teleatendimento das distribuidoras. O objetivo é obter contribuições para aprimorar a resolução normativa 57/2004, que trata das metas e condições de atendimento dessas centrais. A audiência será iniciada às 14 horas com término previsto para 18 horas. Os documentos relacionados a esse tema estão disponíveis no site da Aneel.

Tractebel ON fecha em queda de 2,78% (CanalEnergia) 09/02/09

Light ON encerra em alta de 1,73%. IEE alcança os 15.560 pontos e termina em baixa de 0,46%

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Tractebel ON fechou em queda de 2,78% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo. Nesta segunda-feira, 9 de fevereiro, o setor elétrico registrou outros resultados negativos com a Terna Participações UNT (-2,70%) e a Coelce PNA (-2,48%). A Light ON encerrou em alta de 1,73%, acompanhada pela Equatorial ON (1,52%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 15.560 pontos e terminou em baixa de 0,46%, assim como o Ibovespa, que chegou aos 42.099 pontos, com queda de 1,54%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: -1,28%
AES Tietê PN: 0,18%
Celesc PNB: 1,31%
Cemig PN: 0,82%
Cesp PNB: -2,38%
Coelce PNA: -2,48%
Copel PNB: -0,55%
CPFL Energia ON: -0,97%
Eletrobrás PNB: -0,16%
Energias do Brasil ON: -0,96%
Equatorial ON: 1,52%
Light ON: 1,73%
MPX Energia ON: -0,17%
Tractebel ON: -2,78%
Terna Part UNT: -2,70%
Transmissão Paulista PN: -0,47%

Baixo Iguaçu: Engevix e Desenvix recorrerão de multa (*CanalEnergia*) 09/02/09

Engevix informou que solicitação de arquivamento do EIA/Rima partiu do Instituto Ambiental do Paraná, o que tornou necessário novo pedido de licenciamento

Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

A Engevix e a Desenvix recorrerão da multa de R\$ 250 mil aplicada pela Justiça Federal por suposta ação de "má-fé" no processo de licenciamento ambiental da hidrelétrica Baixo Iguaçu (PR, 350 MW). Em nota, a Engevix informou que a solicitação de arquivamento do pedido de licença prévia partiu do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), o que tornou necessário um novo pedido de licenciamento para os empreendimentos.

A empresa alegou que todos os procedimentos relativos à elaboração do estudo e do relatório de impacto ambiental (Eia/Rima) do projeto foram realizados de forma legal e atendendo às normas da legislação ambiental brasileira. Além disso, a Engevix informou que fez as modificações necessárias no Rima para atender os requisitos legais e que, por se tratar do mesmo empreendimento, os estudos não poderiam ser completamente diferentes do primeiro documento.

De acordo com a empresa, o novo pedido de licenciamento foi feito com base no artigo 17 da Resolução Conama 237/97 que dispõe que o arquivamento do processo de licenciamento não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença. A multa foi determinada pelo juiz da Vara Federal de Francisco Beltrão, Sandro Nunes Vieira.

Paulo Ludmer, consultor: Vento não se desdenha (*CanalEnergia*) 09/02/09

Quando afirma que a energia eólica deve aguardar melhores tempos, pois é cara, Lobão oculta que a energia eólica é radicalmente mais barata do que a produzida com térmicas que queimam derivados de petróleo

Paulo Ludmer, para Agência CanalEnergia, Artigos

As palavras são, cada uma, infinitas e inalcançáveis. Pedras com as quais erguemos ao longo da vida os nossos castelos. As palavras são inocentes, mas vítimas do repertório de cada usuário.

Por isso, quero apor minhas palavras às do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, ao conceder entrevistas, sexta-feira, dia 06 de fevereiro de 2009, no auditório do Ministério, a propósito de novo Plano Decenal de Energia (PDE) produzido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), até 2018.

Conforme já registrei aqui nesta coluna, a presença da energia eólica é pífia neste horizonte (PDE) da matriz energética brasileira. Também venho testemunhando, com artigos (palavras valem por exércitos), que a energia eólica ainda não entrou no radar do Palácio do Planalto. Se há informação, falta sua metabolização, escasseia conhecimento de mitos em dissolução.

Lobão diz, e é verdade, que a energia hidráulica é a mais barata para o povo brasileiro. Nisto estamos de acordo. E somos, a quatro décadas, leais à idéia conceitual de que devamos, em primeiro lugar, aproveitar todo o potencial hídrico brasileiro, a exemplo do que já fizeram todas as nações desenvolvidas do planeta. Aliás, é no próprio governo que gracejam os inimigos da hidreletricidade.

Quanto mais não seja, é o mesmo governo de Lobão quem inundou (e prossegue encharcando) a matriz elétrica brasileira com termelétricas a diesel, carvão e óleo combustível, em contratos de quinze a vinte anos. Vamos deixar propositalmente o gás natural para futuros comentários, pois ele não altera nosso posicionamento.

Portanto, há uma seqüência de incongruências na fala ministerial:

1) Quando afirma que a energia eólica deve aguardar melhores tempos, pois é cara, Lobão oculta que a energia eólica é radicalmente mais barata do que a produzida com térmicas que queimam derivados de petróleo. Há inúmeros estudos de diversas autorias que provam isso (inclusive na Eletrobrás);

2) No mesmo diapasão, o ministro advoga a construção de usinas nucleares, anulando o discurso do populismo da defesa da energia dita barata; o verdadeiro preço final de Angra III é opaco à sociedade, para não falarmos das duas usinas antecedentes e das virtuais que frutificam no imaginário de Lobão;

3) quando o Ministro resume sua decisão à variável da energia barata para o povo, comete a barbearagem de ignorar uma política energética sistêmica que inclui, hoje, em mais de cem países, a qualificação de recursos humanos, o desenvolvimento tecnológico; o ato de inovar a inovação, que o setor eólico (como o ITA e a EMBRAER) é capaz;

4) o MME não pode desconsiderar a necessidade de o Brasil criar e operar: um quadro regulatório para a eólica; um sistema de financiamento; um modelo securitário; e atrair um parque industrial (com centenas de empresas satélites) provedor, com enorme potencial exportador;

5) tampouco o MME, se honestamente quiser otimizar o parque hidrelétrico em operação e aquele em construção, bem como se almejar a perenidade e o melhor emprego de seus reservatórios, não pode abdicar da opção eólica, complementar, competitiva e limpa, num verdadeiro matrimônio água-vento; o vento sopra mais forte quando a energia hídrica afluenta estia;

6) a biomassa é um excelente e competitivo insumo para a eletricidade, porém, ao mesmo tempo, considerando sua voraz necessidade de água e de terras, bem como a imprevisibilidade de seu custo futuro, vê-se que a previsibilidade do custo zero do vento, adicionado ao seu democrático apoio à independência geo-política do país, constituem a fatalidade do seu valor e da necessidade do seu maior aproveitamento;

7) ademais, o ministro não deve marchar ao largo da Conferência das Partes, que se reúne ao final deste ano na Dinamarca para desenhar o pós-Kyoto. A rapidez da opção eólica (em dois anos se implantam fazendas geradoras) e sua admirável imagem junto à humanidade diminuirão as farpas que o Brasil coleciona e absorve pelas queimadas e nova geração via termeletricidade;

8) enfim, é a desoneração fiscal o caminho possível para remunerar melhor todos os geradores de todos os segmentos energéticos a escolha que deveria habitar a agenda do Planalto. É ela a ferramenta para elevar a atração dos investimentos em infra-estrutura, possibilitando que o consumidor pague pela energia algo mais condizente com seu poder aquisitivo. Cerca de 50% do preço final da energia elétrica são encargos e tributos no Brasil.

Aqui não se trata do Proinfa (Programa Nacional de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia) que terminou em dezembro e limita-se a receber a entrada em operação de poucos retardatários. Veja-se que há mais de cinqüenta projetos eólicos em análise (pós Proinfa) na ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), que não merecem desdém.

Paulo Ludmer é jornalista, engenheiro, professor e escritor com o site www.pauloludmer.com.br

Usina Termelétrica SVE Salvador vai explorar usina a biogás (*CanalEnergia*) 09/02/09

Aneel autorizou empresa a atuar como produtora independente de energia. Térmica vai gerar a partir de biogás de aterros sanitários

Da Agência CanalEnergia, Expansão

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou a Usina Termelétrica SVE Salvador a atuar como produtora independente de energia. A empresa implantará a térmica Salvador, localizada no município de mesmo nome na Bahia. Com 19,7 MW de capacidade instalada, o empreendimento utilizará como combustível biogás proveniente de aterro sanitário. De acordo com a Aneel, a fonte utilizada será produzida a partir dos dejetos domésticos provenientes da coleta de lixo urbano e depositados no aterro de resíduos.

Petrobras inicia operação bicombustível de 144,7 MW da UTE Barbosa Lima Sobrinho (CanalEnergia) 09/02/09

Localizada em Seropédica, no Rio de Janeiro, usina passa a funcionar a gás natural ou óleo diesel

Da Agência CanalEnergia, OeM

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou o início da operação comercial como bicombustível de três unidades geradoras da térmica Barbosa Lima Sobrinho, localizada no município de Seropédica, no Rio de Janeiro. De acordo com despacho 460 publicado no Diário Oficial da União da última quinta-feira, 5 de fevereiro, cada unidade tem 48,24 MW, totalizando 144,7 MW de potência instalada. A usina, que pertence à Petrobras, tem o gás natural como combustível principal e óleo diesel como secundário.

Segundo a Aneel, a publicação do despacho foi necessária porque a usina tornou-se bicombustível, conforme previsto em casos de alterações técnicas pela resolução normativa 433/2003. A UTE Barbosa Lima Sobrinho, antiga Eletrobolt, tem oito unidades geradoras e 385,9 MW de capacidade instalada operando com gás natural.

Revisão tarifária: Aneel inicia processo da Cooperalliança (CanalEnergia) 09/02/09

Até dia 25 de junho, está prevista uma audiência pública presencial no município catarinense de Içara. Novas tarifas entram em vigor a partir de 14 de agosto

Da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Agência Nacional de Energia Elétrica iniciou a segunda revisão tarifária periódica da Cooperalliança (SC). De acordo com despacho 479 publicado no Diário Oficial da União da última sexta-feira, 6 de fevereiro, o processo resultará no reposicionamento das tarifas, além da determinação do Fator X que será aplicado nos reajustes anuais até a próxima revisão periódica. As novas tarifas entram em vigor a partir de 14 de agosto. Até o dia 25 de junho, está prevista uma audiência pública presencial no município catarinense de Içara. O resultado da revisão será publicado no Diário Oficial até o dia 14 de agosto.

Reservatórios do Nordeste atingem 66,6% do volume armazenado (CanalEnergia) 09/02/09

Índice está 51% acima da curva de aversão ao risco. Sobradinho opera com 57,62% da capacidade, segundo ONS

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A hidrelétrica de Sobradinho opera com 57,62% da capacidade de armazenamento, segundo dados do boletim do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes ao último domingo, 8 de fevereiro. Os reservatórios do Nordeste atingem 66,6% do volume acumulado. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Norte - Os reservatórios registram alta de 0,1%, atingindo 41,4% do volume acumulado. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 31,70% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios registram alta de 0,4%, atingindo 69,3% do volume. O índice está 28,2% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Furnas e São Simão operam com 96,23% e 42,17%, respectivamente.

Submercado Sul - O nível dos reservatórios chega a 57,2%, mantendo-se estável. O índice está 36,5% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Barra Grande trabalha com 58,88% da capacidade de armazenamento.

Submercado Nordeste - Os reservatórios atingem 66,6% do volume acumulado, com alta de 0,4%. O índice está 51% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 57,62% da capacidade.

Engevix é multada em R\$ 250 mil por problemas com o licenciamento ambiental de Baixo Iguaçu (*CanalEnergia*) 09/02/09

Juiz federal considerou que a empresa agiu de má-fé no processo de licenciamento da usina

Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

A Engevix foi multada em R\$ 250 mil por problemas com o licenciamento ambiental da hidrelétrica de Baixo Iguaçu (PR-350 MW), de acordo com sentença do juiz da Vara Federal de Francisco Beltrão, Sandro Nunes Vieira. A ação civil pública foi impetrada pela ONG Liga Ambiental, que alegou irregularidades no procedimento de licenciamento ambiental da usina, tendo como principal fundamento a incompetência do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para realizar o licenciamento.

De acordo com o magistrado, no curso do processo, o procedimento de licenciamento ambiental "foi subitamente arquivado pelo IAP" e logo após, foi instaurado perante o instituto novo pedido de licenciamento ambiental para a implantação de Baixo Iguaçu. "O EIA/RIMA é praticamente uma cópia do anterior, havendo pequenas e insignificantes alterações, não havendo nenhum estudo novo, nenhuma pesquisa de campo nova, nenhum levantamento de campo novo, que muito pouco alteram-no em substância", afirma a sentença do juiz.

A multa foi aplicada à empresa, pois Vieira considerou que a Engevix agiu de má-fé e, por isso, deveria pagar uma indenização. O montante será revertido ao fundo de reparação e defesa do meio ambiente.

Central Energética Guaíra receberá empréstimo de R\$ 80 milhões do BNDES (*CanalEnergia*) 09/02/09

Investimento é para a expansão da cogeração de energia a partir da biomassa, que saltará de 8,4 MW para 35,4 MW

Da Agência CanalEnergia, Negócios

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social aprovou financiamento de R\$ 80 milhões para a Central Energética Guaíra, em São Paulo. O investimento, segundo o banco, é para a expansão da cogeração de energia a partir da biomassa, que saltará de 8,4 MW para 35,4 MW. O empreendimento, que ainda não está em operação, fica dentro da Usina Açucareira Guaíra.

De acordo com o BNDES, o projeto permitirá manter o nível atual de produção energética e gerará, em princípio, um excedente de 25 MW para comercialização. O banco informou ainda que os equipamentos a serem instalados têm capacidade de elevar a produção de energia elétrica para até 55 MW, caso a planta agrícola aumente, no futuro, o volume de cana plantada e moída.

Além da aquisição e montagem dos equipamentos, os recursos do BNDES, que representam cerca de 80% do investimento total, serão utilizados para estudos e projetos, obras civis, materiais e utensílios gerais, treinamento e despesas pré-operacionais. O empreendimento tem licenças de instalação e operação concedidas pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo (Cetesb).

Celesc, Light e Rosa dos Ventos pagarão R\$ 153,4 mil em multas (*CanalEnergia*) 09/02/09

Aneel manteve multas aplicadas às empresas, que não têm direito a entrar com recurso na esfera administrativa

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Celesc (SC), Light (RJ) e Rosa dos Ventos terão que pagar um total de R\$ 153,4 mil em multas. A Agência Nacional de Energia Elétrica manteve multas aplicadas às empresas, que não têm mais direito a entrar com recurso na esfera administrativa. A maior penalidade, no valor de R\$ 88,6 mil, será paga pela Celesc por não ter enviado informações

referentes ao sistema de acompanhamento de informações de mercado para regulação econômica, em maio de 2007, e por enviar com atraso e incompletos dados no período de outubro de 2006 a abril de 2007.

A Rosa dos Ventos teve mantida a multa de R\$ 6,4 mil aplicada por descumprimento do cronograma de implantação de eólica Lagoa do Mato, localizada no município de Aracati (CE), e que tem 27 MW de capacidade instalada. Conforme noticiado pela Agência CanalEnergia, a Light terá que pagar R\$ 58,4 mil por não ter encaminhado à Aneel informações sobre o Encargo de Capacidade Emergencial e o Encargo de Aquisição de Energia no período de maio a agosto de 2007.

Coelce PNA registra alta de 2,88% (CanalEnergia) 09/02/09

Tractebel ON opera em queda de 1,89%. IEE registra baixa de 0,52%, aos 15.551 pontos

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Coelce PNA opera em alta de 2,88% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta segunda-feira, 9 de fevereiro. O setor elétrico registra outras altas com a Light ON (2,54%) e a Celesc PNB (1,07%). A Tractebel ON opera em queda de 1,89%, acompanhada pela Cemig PN (-1,54%). O Índice de Energia Elétrica registra baixa de 0,52%, aos 15.551 pontos. O Ibovespa chegou aos 42.803 pontos, com alta de 0,11 %.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Tietê PN: -0,43%

Celesc PNB: 1,07%

Cemig PN: -1,54%

Cesp PNB: -1,53%

Coelce PNA: 2,88%

Copel PNB: -0,64%

CPFL Energia ON: -1,07%

Eletrobrás PNB: -1,53%

AES Eletropaulo PNB: 0,15%

Energias do Brasil ON: -0,87%

Equatorial ON: 0,63%

Light ON: 2,54%

MPX Energia ON: -0,58%

Terna Part UNT: -0,41%

Tractebel ON: -1,89%

Transmissão Paulista PN: -1,08%

Justiça nega novo pedido de liminar contra construção da subestação Joinville Norte (CanalEnergia) 09/02/09

MPF quis interromper obras do empreendimento da Eletrosul, mas tecnicidade impediu manobra

Da Agência CanalEnergia, Negócios

O juiz Roberto Fernandes Júnior, da 1ª Vara da Justiça Federal de Joinville, em Santa Catarina, negou novo pedido de liminar do Ministério Público Federal para que sejam suspensas as obras de construção da Subestação Joinville Norte. De acordo com o magistrado, esse e outros pedidos do MPF foram examinados em decisões anteriores, já contestadas por meio de recurso ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre.

O Tribunal negou seguimento ao recurso por não ter sido cumprida formalidade do Código de Processo Civil. O MPF pediu nova liminar a fim de que fosse determinada a suspensão das obras para a construção da subestação, além de requerer uma determinação que proibisse a tomada de algumas medidas como o repasse de qualquer espécie de recursos financeiros da Agência Nacional de Energia Elétrica ou da União em favor da Eletrosul.

Nexans fecha contrato de €26 milhões com empresa do grupo Alupar (CanalEnergia) 09/02/09

Iniciativa prevê o fornecimento de 2.350 quilômetros de cabos de alumínio. A entrega das obras está programada para o segundo semestre de 2009

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Nexans fechou um contrato de €26 milhões com a Empresa Brasileira de Terraplanagem e Engenharia (EBTE), pertencente ao Grupo Alupar, para a construção de cinco novas linhas de transmissão no estado do Mato Grosso. A iniciativa prevê o fornecimento de 2.350 quilômetros de cabos de alumínio.

O objetivo da obra, segundo a Nexans, é possibilitar o escoamento de energia elétrica dos diversos projetos de geração que serão implantados no estado. O novo sistema de transmissão será formado pelas LTs Juba - Maggi, Maggi - Juína, Maggi - Percis, Nova Mutum - Sorriso e Sorriso - Sinop, situadas no noroeste do Mato Grosso. A entrega das obras está programada para o segundo semestre de 2009, enquanto a EBTE prevê iniciar suas operações no segundo semestre de 2010.

Lucro da Duke Energy recua 9% em 2008 (CanalEnergia) 09/02/09

No quarto trimestre do ano passado, valor cresceu 36,2% quando comparado com mesmo período de 2007

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Negócios

O lucro da americana Duke Energy caiu 9% em 2008, quando comparado com o ano anterior, atingindo US\$ 1,36 bilhão, ante o US\$ 1,5 bilhão alcançados em 2007. No entanto, no quarto trimestre do ano passado, a companhia lucrou US\$ 331 milhões, o que representa um aumento de 36,2% quando comparado com os US\$ 243 milhões registrados no mesmo período do ano anterior. Os resultados constam em um relatório divulgado pela Duke Energy na última quinta-feira, 5 de fevereiro.

O presidente da companhia, James E. Rogers, atribuiu a queda nos lucros anuais à desaceleração do mercado imobiliário americano e a condições meteorológicas menos favoráveis, quando comparadas com 2007. "Apesar da recessão, nós apresentamos um resultado sólido para o quarto trimestre e para o ano inteiro", afirmou Rogers em comunicado. O executivo afirmou ainda que, em 2009, foram colocadas em prática medidas para a redução de custos, com o objetivo de manter a forte condição financeira da companhia durante a recessão.

Celg pede ajuda ao governo federal para obter financiamento de R\$ 1,2 bilhão do BNDES (CanalEnergia) 09/02/09

Quitação das dívidas, segundo o governador de Goiás, permitirá que as contas de luz do estado sejam reajustadas em cerca de 11%

Da Agência CanalEnergia, Negócios

O governador de Goiás, Alcides Rodrigues, pediu apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a obtenção de um empréstimo no valor de R\$ 1,2 bilhão junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. De acordo com o governador, o dinheiro será usado para o pagamento de dívidas da Celg.

Rodrigues disse ainda que a concessionária de energia tem dívidas no valor de R\$ 800 milhões com a Eletrobrás e também com outras empresas do setor elétrico. A quitação dessas dívidas, segundo o governador, permitirá que as contas de luz do estado sejam reajustadas em cerca de 11%, já que somente as empresas em dia com suas contas são autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica a reajustar a tarifa de energia. Rodrigues calculou que, devido a inadimplência, a Celg perdeu cerca de R\$ 700 milhões nos últimos dois anos. As informações são da Agência Brasil.

Wärtsilä fecha contratos de €48 milhões para conversão de térmicas (CanalEnergia) 09/02/09

Expectativa da fabricante é que plantas estejam convertidas e totalmente operacionais em outubro de 2010

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Wärtsilä fechou três contratos com produtores independentes de energia para a conversão de térmicas permitindo a operação a gás natural e óleo combustível. De acordo com a empresa, os contratos somam cerca de € 48 milhões e foram assinados com as amazonenses Geradora de Energia do Amazonas (Gera), a Companhia Energética Manauara e a Rio Amazonas Energia. A expectativa da fabricante é que as plantas estejam convertidas e totalmente operacionais em outubro de 2010.

Após as conversões, os motores poderão trocar instantaneamente de combustível. A tecnologia funciona como um sistema de controle que ajusta automaticamente as proporções de combustível, assegurando que a planta continue gerando energia sem interrupção e otimizando a operação conforme a disponibilidade dos combustíveis.

A fabricante ainda fornecerá e instalará o principal equipamento do sistema de combustível a gás e unidades de compressão a gás, além da adequação dos sistemas de controle elétrico. Cada planta utiliza cinco grupos geradores com capacidade total superior a 85 MW por planta.

Neoenergia tem nova diretora executiva de Recursos Humanos (*CanalEnergia*) 09/02/09

Conselho de administração aprovou nome de Lady Batista de Moraes para o cargo em janeiro

Da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

O Conselho de Administração da Neoenergia aprovou o nome de Lady Batista de Moraes para o cargo de Diretora Executiva de Recursos Humanos da empresa. Segundo a empresa, a executiva substitui Roseli Schilagi, que renunciou ao posto. A aprovação aconteceu em reunião dos conselheiros da Neoenergia, ocorrida no último dia 26 de janeiro.

Alda Participação e Agropecuária vai explorar térmica em Goiás (CanalEnergia) 09/02/09

MME autorizou empresa a atuar como produtora independente de energia. Usina terá 18,1 MW de capacidade instalada

Da Agência CanalEnergia, Negócios

O Ministério de Minas e Energia autorizou a empresa Alda Participação e Agropecuária a atuar como produtora independente de energia. A empresa vai implantar e explorar a UTE Companhia Bioenergética Brasileira (CBB), localizada no município de Vila Boa, em Goiás. A usina terá 18,1 MW de capacidade instalada, divididas em três unidades geradoras, de 4,5 MW, 1,6 MW e 12 MW.

As unidades serão integradas em um ciclo térmico convencional de cogeração e 6 MW médios de garantia física de energia, utilizando o bagaço de cana-de-açúcar como combustível. A decisão consta na portaria 34 publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira, 4 de fevereiro.

A empresa também deverá implantar o sistema de transmissão da UTE, que é constituído de subestação elevadora junto da usina, de 13,8kV/138 kV, em circuito simples, e uma linha de transmissão, com cerca de 85 quilômetros de extensão, interligando a subestação elevadora à SE Itiquira, da Celg D. A UTE CBB deverá entrar em operação em março de 2010.

Cesp completa mil dias sem acidentes em hidrelétrica Sergio Motta (*CanalEnergia*) 09/02/09

Medidas de segurança e saúde adotadas no trabalho e conscientização de funcionários foram alguns dos fatores determinantes para atingir a marca

Da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

A Cesp completou mil dias sem qualquer acidente de trabalho que resultasse em afastamento na hidrelétrica Sergio Motta - Porto Primavera. A marca recorde na unidade é referente ao período entre os dias 4 de abril de 2006 e 30 de dezembro de 2008, envolvendo média de 500 funcionários. As medidas de segurança e saúde adotadas no trabalho e a conscientização dos empregados e da direção são, segundo a empresa, o que determina o recorde. A Comissão Interna

de Prevenção de Acidentes (Cipa) e o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina no Trabalho (SEESMT) também ofereceram apoio constante com novas tecnologias preventivas.

A legislação de segurança e saúde no trabalho aponta uma hidrelétrica como instalação de risco três numa escala de um a quatro, o que representa potencial de risco elevado devido a seu processo de trabalho, que pode desencadear acidentes e doenças ocupacionais nos funcionários. A usina se localiza no rio Paraná, a 28 quilômetros acima da confluência com o rio Paranapanema. A barragem possui 11.380 m de comprimento total, incluindo as estruturas de terra e de concreto. As 14 unidades geradoras têm potência total instalada de 1.540 MW.

SINDICAL

CPERS/Sindicato prepara mobilização para 2009 durante Encontro Estadual (CUT Nacional) 10/02/09

Escrito por CPERS/Sindicato

O CPERS/Sindicato realiza no próximo dia 12, no Centro de Eventos do Parque Harmonia, em Porto Alegre, um Encontro Estadual para discutir a mobilização para o ano de 2009. O encontro será finalizado com a realização de um ato público no Centro de Eventos, seguido de caminhada até a Esquina Democrática, no Centro da capital gaúcha. Veja a programação:

PROGRAMAÇÃO

08h00 - Abertura das atividades

08h30 - Palestra sobre a Conjuntura e os Desafios da Educação, com José Clóvis de Azevedo, doutor do Programa de Mestrado e Coordenador de Pesquisa do IPA

09h00 - Intervenções sobre o tema da palestra

10h00 - Apresentação das propostas da diretoria central do CPERS/Sindicato

10h30 - Manifestações das correntes políticas

11h30 - Intervenções do plenário

12h00 - Almoço (no local)

13h30 - Plenária

15h00 - Deleibração sobre a Resolução do Encontro

16h00 - Ato público no Centro de Eventos, seguido de caminhada até a Esquina Democrática, no Centro de Porto Alegre.

Acordo garante redução de jornada com manutenção de salário na Rassini (CUT Nacional) 10/02/09

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
10/02/2009

Os trabalhadores da Rassini, fabricante de molas em São Bernardo, aprovaram na tarde desta segunda-feira (9) acordo que reduz a jornada em 22,73% nos meses de fevereiro e março com garantia de estabilidade de 60 dias e manutenção da renda mensal.

O rendimento do trabalhador da Rassini será mantido porque a redução de 18% no salário por conta da jornada reduzida será compensada por vales-compra nos valores de R\$ 100 a R\$ 150, conforme o salário.

Antes de firmar o acordo, a empresa utilizou os mecanismos de preservação de emprego defendidos pelo Sindicato para evitar demissões, . Em novembro, foi negociado banco de horas, em seguida, férias coletivas. O acordo de redução de jornada foi necessário, porém, porque houve queda na produção da fábrica, que fornece para o mercado de caminhões.

"Para não demitir, e com a expectativa de normalizar a produção, negociamos um banco de horas em novembro. Depois, foram as férias coletivas. Mas isso não foi suficiente porque o setor que a empresa mais fornece, o da produção de caminhões, sofreu uma queda acentuada neste início de ano", explicou Juarez Barros, o Buda, diretor do Sindicato.

Contrapartidas

Segundo Buda, no início das negociações a empresa previa reduzir a jornada por três meses, com fim em abril, mas voltou atrás porque acredita que até lá o mercado comece a recuperação.

Aquecimento para o Dia Nacional de Luta (CUT Nacional) 09/02/09

Escrito por Danilo Pretti Di Giorgi - Sindicato dos Bancários de SP

Bancários protestam na Av. Paulista contra demissões no Santander

Os bancários protestaram na manhã desta segunda-feira, dia 9, em frente à matriz do Real, na Avenida Paulista, para mostrar a indignação dos funcionários do Real e do Santander com os absurdos cometidos nos últimos dias pela direção do Grupo Santander Brasil.

O protesto é pela manutenção de empregos e direitos, contra as demissões e por seriedade e respeito do banco no processo de negociação com os trabalhadores. Os trabalhadores percorreram a Avenida com 400 cruces, que foram espalhadas pelos canteiros e representam as 400 demissões que o banco efetuou. Nos faróis, faixas foram abertas para os motoristas ficarem por dentro do desrespeito que do banco com bancários no Brasil. Uma banda tocou músicas fúnebres durante o ato.

400 demissões, 400 cruces Não às demissões - A mobilização conta com o apoio da Fetec/CUT-SP, Contraf, CUT e outros sindicatos. Na programação de algumas rádios, spots comunicam a população sobre as atitudes do banco e a luta dos trabalhadores pela preservação dos empregos. O Santander interrompeu, sem previsão de retorno, seis meses de negociações. Isso aconteceu alguns dias depois do anúncio de cerca de 400 demissões no país.

Por outro lado, o banco espanhol divulgou lucro recorrente mundial, em 2008, 9,4% superior ao registrado em 2007. Na semana passada, durante manifestação legítima e democrática em frente ao Casa 3 do Santander (quando 1.800 bancários decidiram permanecer parados durante todo o dia para mostrar sua insatisfação) o banco usou a polícia para agredir manifestantes e forçou a prisão de líderes sindicais. "Se o banco pensa que pode nos intimidar com atitudes assim, está muito enganado.

Ao contrário, apenas reforça nossa gana e a vontade de lutar. Sabemos que é possível evitar o drama do desemprego e por isso apresentamos, logo no início das negociações, propostas concretas para evitar as demissões. O banco passou meses analisando as propostas e, de repente, no meio do processo, demitiu 400 pessoas e interrompeu as negociações. Isso é um sinal da falta de respeito que o Santander dedica aos bancários e ao Brasil e é por este respeito que estamos brigando" afirma a diretora do Sindicato e funcionária do Santander Rita Berlofa.

Por volta das 11h20, os manifestantes se encontraram em frente à matriz do Real e voltaram a se movimentar nas calçadas da Avenida Paulista, por onde seguiram em passeata com as cruces e as faixas de protesto.

Apeoesp garante vitória definitiva (CUT Nacional) 09/02/09

Escrito por Rosana Inácio, Apeoesp

Justiça reafirma: classificação da atribuição será feita por tempo de serviço e títulos

Bebel e Guido, da Apeoesp Após garantia de direitos aos associados da APEOESP em liminar expedida no dia 4 de fevereiro, que permitia que a nota da prova não fosse considerada para o processo de atribuição de aulas, na última sexta-feira, 6, a Procuradoria Geral do Estado, reconhecendo que a Secretaria da Educação teria dificuldades durante o processo de atribuição de aulas, entrou com pedido de extensão de direito garantindo aos sócios e aos demais professores inscritos para a atribuição de 2009.

Na decisão, a juíza Maria Gabriella Pavlóoulos Spolonzi, da 13ª Vara da Fazenda Pública, informa que "a Procuradoria Geral do Estado destaca a possibilidade exclusiva de se divulgar, até o dia 9 de fevereiro, uma única lista classificatória possível, elaborada com base nos critérios de tempo de serviço e títulos, excluindo-se qualquer pontuação obtida na prova classificatória do processo seletivo simplificado para todos os docentes, filiados ou não à entidade impetrante".

Conclui a magistrada que "defiro o requerido a folhas 244/246 para que ampliar os limites subjetivos da liminar concedida e permitir a elaboração de uma única lista classificatória a ser elaborada com base no tempo de serviço e títulos, excluindo-se qualquer pontuação obtida na prova classificatória do processo seletivo simplificado para todos os docentes, filiados ou não à entidade impetrante".

A APEOESP orienta os professores a acompanharem a divulgação dos cronogramas de atribuição de aulas na Diretoria Regional de Ensino e a publicação da nova classificação, ficando atento aos prazos para recursos.

Balanco do Fórum Social Mundial (CUT Nacional) 09/02/09

Escrito por Imprensa Contracs/CUT

A Contracs/CUT e os desafios para um novo mundo

A certeza de que a construção de um outro mundo é possível e cada vez mais urgente para a classe trabalhadora levou a Contracs/CUT a participar de mais uma edição do Fórum Social Mundial, levando para Belém às lutas dos trabalhadores do ramo de comércio e serviços.

Em entrevista ao Portal do Mundo do Trabalho, a presidenta da Contracs, Lucilene Binsfeld, destaca as ações da Confederação no FSM e o desdobramento delas na agenda da Contracs em 2009

Qual a importância do Fórum Social Mundial e da participação do movimento sindical, em conjunto com centenas de outras organizações?

Tudi é comerciária Participar do FSM é sempre um grande momento de debates, socialização de experiências, aprendizado e solidariedade. Durante o FSM temos o desafio de traçar estratégias em conjunto com todo o mundo para concretizar o slogan do Fórum Social Mundial: um outro mundo é possível.

O FSM de 2009, em Belém, foi um tanto diferente e especial porque foi sediado em duas universidades, em meio à pobreza existente no entorno. A pujança do saber em contraste com a pobreza material da população. Como mudar esse quadro é nosso desafio em todo mundo.

A variedade de temas é outro ponto alto do FSM. Diante de toda essa riqueza de debates, de temas, de possibilidades de diálogo é essencial a participação da nossa Central, da nossa Confederação, para interagir, trocar experiências, oxigenar as idéias e construir parcerias com instituições de todo o mundo em busca de dignidade e melhores condições de trabalho para os trabalhadores/as brasileiros/as do ramo de comércio e serviços.

Além disso, a participação da Contracs no FSM é essencial para os diretores dialogarem com novas realidades e para a construção de um projeto sindical cada vez melhor.

Em todo esse processo, também precisamos enfatizar que o suporte e a construção das atividades em conjunto com a CUT Nacional e com as outras confederações CUTistas tem sido primordial para o sucesso das atividades da Contracs no FSM. Nunca é demais dizer que juntos somos fortes.

Como foi a participação da Contracs no Fórum?

A participação da Contracs em Belém foi extraordinária. Realizamos três oficinas com muito sucesso. Tivemos debates muito ricos em conteúdo e público. Nosso estande, junto com a CUT, na tenda do Mundo do Trabalho, também foi muito

procurado e nossas campanhas, lutas e publicações foram distribuídas para participantes de Ongs, movimentos estudantis e sociais e muitos companheiros/as de outros países.

Realizamos a oficina "Trabalho Decente com Igualdade de oportunidades", na qual abordamos a situação da mulher trabalhadora no ramo de comércio e serviços, a importância da igualdade de oportunidades na luta pelo trabalho decente e a necessidade de construirmos uma convenção da OIT voltada especificamente para as trabalhadoras domésticas.

Contando com o apoio da Uni (Sindicato Global), a parceria com as Confederações do Ramo Financeiro e Químico da CUT (Contraf e CNQ) e com o Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador (INST), realizamos a oficina sobre "Saúde do Trabalhador". Nessa atividade discutimos graves problemas como doenças ocupacionais, assédio moral, o trabalho precário em telemarketing e os anexos I e II da NR 17, que tratam das condições de trabalho em caixas e telemarketing. Saímos com o indicativo aos sindicatos para que priorizem ações de saúde do trabalhador, especialmente a prevenção das doenças ocupacionais e os acidentes de trabalho.

Já os debates da oficina "A organização dos trabalhadores em redes nas empresas multinacionais", realizada com o apoio da Fundação Friedrich Ebert (Fes) e da Uni, em conjunto com a Contraf e o projeto CUTMulti, demonstraram que o lema das empresas multinacionais é precarizar e explorar em nível global. Para frear esse processo temos que atuar em conjunto, ou seja, em redes/comitês de trabalhadores.

Outra participação importante da nossa Confederação no FSM se deu na oficina promovida pela CFDT - Confederação dos Trabalhadores do Comércio e Serviços da França, sobre o papel das ONGs e Sindicatos na luta pela organização dos trabalhadores no comércio, especialmente no Carrefour. Tanto os trabalhadores do Brasil como os da França sofrem com a precarização e o desrespeito às condições de trabalho. Em resposta a esse comportamento desrespeitoso do Carrefour estamos estreitando cada vez mais as relações com os companheiros da França. Vamos buscar, juntos, discutir os problemas diretamente com a matriz do Carrefour lá na França.

Como foi a receptividade do público às atividades da confederação?

O contato com os participantes das oficinas e do estande foi muito rico porque tínhamos tanto pessoas do movimento sindical como participantes que desconheciam a pauta do mundo do trabalho. O público do movimento sindical pôde trocar experiências e aprofundar as discussões. Já os participantes não familiarizados com as questões sindicais ficaram chocados ao descobrir a verdadeira face das empresas em debate. Muitos já se expressaram na hora: não compro mais nessa empresa.

Além disso, muita gente passou no estande da Contracs e levou nossos materiais em quantidade para distribuição em suas cidades.

Que desdobramentos as atividades do FSM terão nas ações da Contracs em 2009 ?

A Contracs vai participar de todos os espaços de discussão para a construção da Convenção da OIT sobre trabalho doméstico; vamos fortalecer nossas ações de saúde e segurança do trabalho, promovendo, entre outras ações, seminários de formação; participaremos da campanha por igualdade de oportunidades junto com a CUT Nacional; teremos uma grande luta por melhores condições de trabalho nos postos de telemarketing; vamos dar continuidade ao trabalho dos comitês de trabalhadores em empresas multinacionais, inclusive estreitando e fortalecendo nossa relação com os companheiros da França para negociar diretamente com a matriz do Carrefour. Nesse ponto também vamos lutar para estabelecer e melhorar os acordos-marcos com as empresas multinacionais.

Aeroporto Internacional de Brasília (CUT Nacional) 09/02/09

Escrito por CUT-DF

Trabalhadores querem resposta por escrito da Infraero às reivindicações

A luta conjunta dos cerca de oito mil trabalhadores do aeroporto Internacional de Brasília, Juscelino Kubitschek, foi debatida hoje (6) com o presidente da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero), Tenente Brigadeiro do Ar Cleonilson Nicácio Silva. Defendidos pela CUT-DF e mais 10 entidades sindicais, a pauta de reivindicação das categorias não teve grandes avanços no encontro entre Nicácio, a Central e as entidades. "Vamos analisar com calma,

discutiremos posteriormente para podermos solucionar”, disse o presidente da empresa. Algumas reivindicações, como transporte, estacionamento e saúde, tiveram um saldo um pouco mais positivo.

O presidente da Infraero afirmou que já solicitou ao GDF o reforço no transporte coletivo que vai até o aeroporto; vai enviar às empresas de aviação um documento circular solicitando maior cuidado na preservação da saúde dos funcionários; além de levantar junto ao aeroporto as vagas disponíveis aos trabalhadores, tomando as providências necessárias. “O resultado prático da reunião não foi muito objetivo, a discussão foi muito geral e ele (Nicácio) não entrou especificamente na resposta da pauta apresentada”, avaliou o secretário de Políticas Sindicais da CUT-DF, Roberto Miguel.

Na próxima semana, a CUT-DF e os sindicatos que representam as categorias de trabalhadores do Aeroporto Internacional de Brasília vão pressionar uma resposta por escrito da Infraero às reivindicações apresentadas. A partir daí, os trabalhadores serão novamente mobilizados para avaliar o processo de negociação e definir os eixos de luta. Dentre as principais reivindicações das categorias está o fim do assédio moral, o cumprimento integral dos acordos coletivos firmados; melhores condições de trabalho, com ênfase na segurança e saúde dos empregados; e a criação de um restaurante de preço acessível para os trabalhadores.

Além da CUT-DF, participaram da reunião com o presidente da Infraero o Sindicato dos Aeroviários, Sindserviço, Sindicato dos Aeroportuários, Sindsep, Sintaxi, Sindicato dos Vigilantes, Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Comerciários, Sindicato dos Rodviários e a Fetraacs.

Rio de Janeiro (CUT Nacional) 09/02/09

Escrito por CUT/RJ

Ação do Sindpd-RJ, com apoio da OLT da IplanRio e da CUT-RJ, reverteu 29 demissões

Depois de emitir cartas de demissão e agendar 29 homologações no Sindicato, a direção da Iplan foi desautorizada pelo Executivo municipal. Segundo informam os grandes jornais de hoje, “a Secretaria da Casa Civil informou que todos os funcionários atingidos pela equivocada medida da direção da Iplan devem desconsiderar a carta de demissão recebida e voltar a trabalhar normalmente”.

As ações que levaram à vitória

Na sexta-feira (6), pela manhã, trabalhadores da Iplan compareceram ao Sindpd-RJ com a denúncia sobre as demissões imotivadas. À tarde os coordenadores do Sindicato iniciaram as ações políticas para reverter a demissão dos servidores, com apoio da OLT da Iplan e da CUT-RJ.

Uma comissão se dirigiu à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, onde se reuniu com o vereador Adilson Pires (PT), que assumiu compromisso de procurar as instâncias municipais cabíveis levar a reivindicação dos trabalhadores. No plano interno os departamentos de comunicação do Sindicato e da CUT encaminharam denúncias à imprensa, que prontamente iniciou investigação, o que culminou na divulgação do desmando da direção da IplanRio e conseqüente reação por parte do Executivo Municipal.

Essa vitória importantíssima é fruto da união de trabalhadores e dirigentes sindicais em torno da defesa intransigente dos direitos da categoria. Estão de parabéns os companheiros da IplanRJ que souberam valorizar o trabalho de seu Sindicato.

Redes Sindicais (CUT Nacional) 09/02/09

Escrito por Fernanda San't Clair - SRI/CUT

Organização de trabalhadores em empresas multinacionais foi tema de debate no Fórum Social Mundial

O empenho das redes sindicais na organização de trabalhadores em empresas multinacionais foi amplamente debatido em conferencia durante o Fórum Social Mundial 2009, realizado entre os dias 27 de janeiro e 01 de fevereiro, em Belém – PA. Diversas oficinas promovidas pela FES – Fundação Friedrich Ebert, o projeto CUT FNV, Confederações Internacionais e Nacionais discutiram o tema.

Representantes da CUT, CNM, CNQ, FITIM, ICEM, IGBCE, IGMettal, USW, CGT e uma série de outras entidades interessadas no conceito, estiveram reunidos em seminário promovido pela FES, no dia 29 de janeiro, e trocaram

experiências sobre redes de diferentes ramos, identificaram avanços e problemas e ainda discutiram estratégias para fortalecer a cooperação solidária.

A experiência da rede de trabalhadores na multinacional alemã BASF foi apresentada a partir de duas diferentes perspectivas. Consolidada no Brasil e na América do Sul, a rede está completando 10 anos de atividades e de acordo com um de seus coordenadores, Fábio Lins, comemora muitos avanços, como a implantação das comissões de fábrica na região, por exemplo.

Já a experiência asiática na organização de trabalhadores desta mesma empresa foi definida como frágil pelo representante da ICEM, Jungsun Phee, que apontou a fragmentação dos sindicatos locais como um dos principais problemas, por isso a ICEM está dando prioridade à região. A aplicação dos acordos-marco internacionais também foi pautada no encontro e determinada pelos presentes como uma das principais ferramentas de trabalhadores e sindicatos na luta por melhores condições de trabalho. "As redes precisam exigir que as multinacionais cumpram os acordos que assinaram em todas as regiões onde estão instaladas", orientou o coordenador do projeto CUTMulti, José Drummond.

A negociação e monitoramento dos acordos foram expostos pelos representantes do IGBCE, ICEM e um exemplo de funcionamento e abrangência foi apresentado pelo coordenador da comissão de fábrica da Mercedes Benz no Brasil, Aroaldo Silva, levando a plenária a debater a validade e eficácia dos acordos de diálogo social em clima de crise financeira generalizada por que passamos. As redes e os ramos Preocupados em fazer uma avaliação dos resultados obtidos pelas redes sindicais de seus respectivos ramos, as confederações aproveitaram a estrutura do Fórum Social Mundial e promoveram oficinas para discutir questões específicas de cada setor.

Trabalhadores do setor químico fizeram um balanço das ações promovidas no último período e analisaram os avanços e as dificuldades de suas redes. Apostando no potencial do ramo, o coordenador da CNQ – Confederação Nacional do Ramo Químico, Aparecido Donizete Silva, frisou o empenho da entidade para incentivar a criação de novas redes e ampliar a atuação no local de trabalho.

A CONTRACS – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comércio e Serviços, fez uma síntese do trabalho desenvolvido com as redes Wal-Mart, Carrefour, C&A e SHV Gás entre os anos de 2005 e 2008. Uma avaliação das ações, dos problemas e das perspectivas futuras de cada uma deles foi apresentada pelo secretário de finanças da entidade, Alci Matos. Representando os trabalhadores do ramo financeiro, a CONTRAF apresentou os resultados positivos das redes sindicais que organiza, consequência do trabalho articulado e organizado nacionalmente promovido pela confederação.

11 de fevereiro, às 06h (CUT Nacional) 09/02/09

Escrito por Imprensa/CUT-PE

CUT-PE realiza ato político em Dia Nacional de Luta pelo Emprego e Salário, em frente a Fricon

A Central Única dos Trabalhadores de Pernambuco (CUT-PE) realiza no próximo dia 11/02 (quarta-feira), das 06h às 07h da manhã, Ato Público em frente à empresa Fricon, que fica localizada na BR 101 Norte – Km 51, S/N (em frente a Bombril), em Paratibe, no município de Paulista/PE.

A manifestação faz parte das atividades da CUT-PE para o Dia Nacional de Luta, instituído pela CUT Nacional como o dia 11 de fevereiro. "O objetivo da mobilização é ampliar os processos de manifestações para impedir que recaia sobre a classe trabalhadora, o peso do pagamento da crise financeira, a qual foi causada notadamente, pelo capital financeiro internacional.

A pauta da mobilização será Sim ao Desenvolvimento com Emprego e Renda e; Não à Redução de Salários", informou o presidente da CUT-PE, Sérgio Goiana. "É preciso reagir e mostrar nossa capacidade de resistência, na luta pela manutenção da renda e do trabalho como instrumentos para superarmos essa crise", destacou.

A CUT-PE conta com a participação de todos/as, solicitando que as entidades se façam presentes, uma vez que a crise financeira atinge a todos os segmentos, sejam rurais ou urbanos, da iniciativa privada ou dos servidores públicos.

Pressão (CUT Nacional) 09/02/09

Escrito por Imprensa da FUP

FUP intensifica luta pela PLR e indica mobilização nacional dia 18

Na reunião da Comissão de Acompanhamento do Acordo Coletivo, quinta-feira (05), a FUP voltou a cobrar a abertura imediata da negociação da PLR, mas a Petrobrás continua tratando esta questão de forma evasiva, se amparando na crise do capital especulativo para fugir deste debate. O descumprimento de acordos está virando rotina na empresa. Sempre sob o mesmo pretexto, a crise financeira, a Petrobrás se acha no direito de ameaçar regimes e jornadas de trabalho, não pagar horas extras e o adiantamento da PLR e suspender cursos e treinamentos, aumentando ainda mais a insegurança operacional.

A FUP já deixou claro que os petroleiros não pagarão o ônus de uma crise que não é da classe trabalhadora e sim do capital. A Petrobrás tem se esforçado para evitar que os efeitos desta crise impactem seus projetos, buscando financiamentos para contemplar fornecedores e prestadoras de serviço. Mas enquanto a produção continua de vento em popa, a empresa quer que os trabalhadores sacrifiquem os seus direitos. A FUP e seus sindicatos, assim como as centrais sindicais, intensificarão as mobilizações para impedir que a classe trabalhadora arque com os custos de uma crise, cujo antídoto deve ser justamente o inverso: geração de renda e emprego.

Mobilizações em fevereiro e março

A direção colegiada da FUP reuniu-se sexta-feira, 06, para discutir uma agenda de mobilizações para pressionar a Petrobrás a iniciar a negociação da PLR. A FUP indica a realização de uma mobilização nacional no próximo dia 18, com 24 horas de suspensão das emissões de Permissões de Trabalho (PTs), e outra mobilização nacional no dia 02 de março, com atos e atrasos no expediente, em todas as bases.

A Federação também convoca reunião de seu Conselho Deliberativo para o dia 04 de março, onde serão discutidos os próximos encaminhamentos em relação à PLR. A FUP orienta os sindicatos a realizarem assembléias entre os dias 09 e 13 de fevereiro para que os trabalhadores se manifestem sobre o calendário de mobilização. Além da abertura imediata da negociação da PLR, as mobilizações indicadas terão como mote a defesa dos direitos dos trabalhadores, contra os ataques da empresa e o descumprimento de acordos firmados com a categoria.

Condsef cobra segurança no local de trabalho (CUT Nacional) 09/02/09

Escrito por Condsef

Portão de 300 kg cai e põe servidores do Arquivo Nacional em risco

A falta de manutenção de portas e portões provocou um lamentável acidente no Arquivo Nacional. Na manhã de quinta-feira, dia 5, um portão pesando aproximadamente 300 quilos caiu deixando alguns servidores feridos. O incidente, que poderia ter tido proporções mais graves, preocupa os servidores que circulam diariamente pelas dependências do Arquivo Nacional.

A Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal), sua filiada no Rio de Janeiro, Sintrasef, e a associação de servidores do órgão cobram uma inspeção minuciosa para averiguar as reais condições de segurança para funcionários e cidadãos que visitam o Arquivo.

Em assembléia que a Condsef participou no Rio, os servidores também comentaram que mais profissionais da imprensa acompanharam a tragédia com a queda do portão do que durante greve da categoria, realizada justamente para lutar por melhores condições de trabalho para os servidores e serviços públicos de qualidade para a sociedade.

A Condsef vai acompanhar de perto as ações do governo para garantir a segurança de seus funcionários. Para a entidade, o incidente mostra que muitas vezes o descaso com o serviço público começa na própria infra-estrutura dos órgãos onde raras são as condições adequadas de trabalho oferecidas aos servidores.

Metalúrgicos (CUT Nacional) 09/02/09

Escrito por Flávia Silva e Valter Bittencourt - Imprensa CNM/CUT

CNM/CUT e trabalhadores na ZF na luta contra demissões

Na última sexta-feira (6), estiveram reunidos na sede da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, na capital paulista, representantes de trabalhadores das plantas na ZF, multinacional alemã que atua no setor de autopeças. As recentes demissões e a truculência no relacionamento com os trabalhadores e sindicatos foram reclamações constantes

dos trabalhadores no encontro com o presidente da CNM/CUT, Carlos Alberto Grana e o secretário-geral, Valter Sanches, que também participaram da atividade.

"A informação mais característica é a de que a empresa está demitindo sem qualquer diálogo com os sindicatos. Até agora houve demissões em todas as plantas sendo cerca de 400 na ZF do Brasil (Sorocaba), 115 em São Bernardo do Campo, 60 na ZF sistemas de direção (Sorocaba), 35 na Lenforder (Sorocaba) e 69 em Belo Horizonte", relatou a secretária da Mulher da CNM/CUT e trabalhadora na ZF, Maria Ferreira.

Além das demissões, a ZF vem tendo uma série de ações repressivas em junto aos trabalhadores. "A empresa está fazendo de tudo para enfraquecer os sindicatos, praticando a demissão de dirigentes sindicais, demissão de lesionados e advertindo representantes que estavam entregando boletins aos trabalhadores", disse Maria.

Essas atitudes também vêm gerando consequências graves em empresas que são suas fornecedoras. A Zifran, que emprega 370 trabalhadores, já demitiu 110 e suspenderá o contrato de mais 140. Essa atitude da empresa se contrapõe às informações de que os investimentos no Brasil estão mantidos para 2009 e não haveria a necessidade de demitir. "A reunião foi interessante já que os representantes de todas as plantas que estavam presentes ao encontro soubessem que a truculência é geral por conta da presidência da ZF no Brasil. Não se trata de um caso isolado", afirmou João Evangelista, tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba.

De qualquer forma, o comitê nacional de trabalhadores na ZF conclui que não pode-se permitir que a empresa continue sem negociar. As empresas que querem negociar estão encontrando os sindicatos a disposição e muitas alternativas já foram criadas. "O prazo para que a empresa comece a negociar encerra-se na segunda-feira após o encontro marcado entre a direção da ZF com a CNM/CUT.

A partir de terça, voltaremos a conversar e caso não haja negociação, teremos que tomar atitudes contundentes, já que desde setembro não ocorre uma assembleia na ZF Sorocaba", completou Evangelista. A CNM/CUT, os sindicatos e os trabalhadores entendem que o emprego deve ser assegurado e que há muitas ações que podem ser feitas antes. O acordo com a Abimaq é uma delas (veja aqui), que pode ser estendida ao setor de autopeças.

A crise mundial, o neoliberalismo e a classe trabalhadora (CUT Nacional)

09/02/09

Escrito por Sérgio Goiana é coordenador geral do Sindsep e presidente da CUT/PE

Sérgio Goiana A crise econômica que monopolizou os noticiários em todo o mundo durante o ano de 2008 pode representar uma oportunidade para classe trabalhadora. Se considerarmos o que defendem os especialistas econômicos mais críticos, a crise financeira representa o fim do neoliberalismo. O capitalismo entra em crise, sem, no entanto, desaparecer, mas o sua política econômica globalizante, o neoliberalismo, agoniza. Por mais difícil que seja o cenário desenhado, o fim no neoliberalismo implica na criação de um novo modelo econômico.

E é nesse vácuo que a classe trabalhadora precisa se mostra presente e propor alternativas que não atendam apenas à lógica do capital, mas sim do social. Pegando emprestada uma análise do jornalista e escritor francês Ignácio Ramonet, diretor do jornal Le Monde Diplomatic, uma crise como a que estamos vivenciando surge uma vez a cada século. Foi assim com a grande depressão de 29, que representou a crise do século XX. Então, novos ventos vão soprar e não podemos esperar, e muito menos acompanhar, a crise do século seguinte. A hora é agora, e nós, os trabalhadores, não podemos assistir a essas transformações de braços cruzados.

CONTRADIÇÃO - O principal discurso do capitalismo é que o Estado não precisa intervir, pois o mercado é capaz de regular todas as suas necessidades. A crise serviu para provar o contrário. Quando a especulação financeira foi além do limite o que se viu foi o tão criticado Estado servir de socorro para impedir o caos. Bilhões de dólares foram colocados à disposição de bancos, construtoras, montadoras e outros representantes do capital, com o objetivo de garantir as condições de sobrevivência do mercado.

Precisamos exigir que os recursos oriundos dos cofres públicos, tenham contrapartida, como garantia do emprego, distribuição de renda e manutenção do consumo interno. Não podemos ser responsabilizados por uma crise que não foi criada pelos trabalhadores. Quando os servidores tiveram, através de uma dura negociação, seus salários reajustados, a grande mídia criticou duramente o governo, bem como a política de distribuição de renda via programas sociais.

Essa mesma imprensa não se manifestou contra o governo quando o mesmo liberou recursos para os bancos, montadores, empresas que alimentam o capitalismo. Não fizeram nenhum comentário contrário a este financiamento, deixando claro que está contra os interesses do povo brasileiro.

DESAFIO - Sempre combatemos a política neoliberal. Um Estado forte e um serviço público gratuito e de qualidade são bandeiras históricas da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Condsef e do Sindsep. Nunca nos calam diante da idéia do estado mínimo, difundida em todo o mundo como o cerne do neoliberalismo, implantado na década de 1980 pelo presidente dos Estados Unidos e a Primeira Ministra da Inglaterra, Ronald Reagan e Margaret Thatcher, respectivamente.

Por isso, companheiros e companheiras, é chegada a hora. Vamos montar neste “cavalo celado” e dizer que não podemos pagar a conta dessa crise financeira mundial. Não somos responsáveis e não vamos aceitar que a classe trabalhadora seja, mais uma vez, relegada ao último plano. Vamos fazer a diferença e iniciar 2009 enfrentando com coragem este cenário apontado como desfavorável.

A classe trabalhadora, e não apenas categorias isoladas, precisa estar unidas e apontar soluções. Somos todos trabalhadores, público ou privado do campo ou da cidade. Temos que enfrentar este problema enquanto classe. Dessa forma estaremos fortes e sairemos vitoriosos.

Indicador do Ipea mostra setor produtivo apreensivo, mas confiante no país (CUT Nacional) 09/02/09

Escrito por Site do Ipea (www.ipea.gov.br)

Entidades representativas de 80% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro estão apreensivas com a crise internacional, mas ainda confiam que o país poderá crescer entre 1,6% e 4% este ano. É o que mostra o Sensor Econômico do Ipea, indicador criado com o propósito de captar a expectativa do setor produtivo do país, lançado hoje em São Paulo, na sede do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), pelo ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger e o presidente do Ipea, Marcio Pochmann.

Estiveram presentes ao lançamento o presidente do Iedi, Josué Christiano Gomes da Silva; o diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Gans; o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique; e Paulo Francine, Diretor de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). O Sensor Econômico é uma pesquisa mensal realizada pelo Ipea em todo o território nacional por meio de questionários enviados, na segunda semana de cada mês, a 115 entidades de diversas atividades, da agricultura, da indústria, do comércio e serviços, e de trabalhadores.

São 24 questões objetivas sobre as expectativas econômicas e sociais. Cada uma das 24 questões apresenta cinco cenários possíveis: a resposta mais otimista vale 100 pontos, a confiante 50 pontos, a apreensiva zero, a adversa -50 pontos e a mais pessimista -100 pontos. A soma das pontuações, por questão, forma blocos chamados Aspectos, que apontam para a expectativa do setor produtivo para temas como contas nacionais, parâmetros econômicos, desempenho das empresas e aspectos sociais.

No mês de janeiro, o quadro da crise favoreceu as expectativas positivas em relação aos seguintes parâmetros econômicos: taxa de câmbio, inflação e juros. Há confiança de que a inflação terá, no máximo, baixo crescimento (entre 3% e 5%), que a taxa de câmbio sofrerá pouca alteração (entre 5% e 9%) e que taxas de juros vigentes apresentarão queda (entre -0,5% e -3%).

A nota destoante, mas esperada, é o sentimento de apreensão, quase adverso, em relação ao acesso ao crédito nos próximos 12 meses. Chamou atenção a expectativa de agravamento dos principais problemas sociais do país. É considerado adverso o futuro próximo para questões como pobreza e desigualdade e há pessimismo quanto à violência urbana. Todos os setores esperam um quadro adverso em relação à situação financeira e a margem de lucros.

O resultado, depois de anos de crescimento, revela-se na intenção de não ampliar a capacidade produtiva este ano. O Sensor Econômico mostra os setores com preocupações diferentes. O agropecuário, por exemplo, avalia que o PIB brasileiro não deve crescer este ano e que, nas trocas externas, a tendência será de queda no superávit comercial do país. O motivo seria queda esperada nas exportações e o aumento moderado das importações. A indústria, por sua vez, embora acredite em um quadro adverso para as exportações brasileiras, é menos enfática quanto ao crescimento das importações. No entanto, é o único setor que espera um ano problemático nas três variáveis destacadas: utilização de capacidade (abaixo de 80%), contratação de mão-de-obra (redução entre 0,9% e 3%) e margem de lucro.

O setor de serviços e comércios está apreensivo quanto à queda das exportações e a possibilidade da queda da margem de lucros. Na avaliação da contratação de trabalhadores, a indústria é mais apreensiva quanto à utilização de capacidade. A agropecuária apresenta uma visão confiante para este ano (entre 81% e 90%). O setor agropecuário

acredita que o Brasil não crescerá acima de 1,5% em 2009. Nos setores de indústria e comércio e serviços há confiança em crescimento entre 1,6% e 4%. O Sensor mostra, ainda, que o setor mais preocupado com seu desempenho é a indústria. Essas divergências de avaliação demonstram, segundo o Sensor, que os setores ainda buscam informações para posicionar-se frente às notícias que chegam do resto do mundo.

Práticas anti-sindicais: mais um sindicalista sofre atentado na Rússia (CUT Nacional) 09/02/09

Escrito por TIE-Brasil

O líder sindical dos Trabalhadores na filial da GM em São Petersburgo, Evguenii Ivanov, foi agredido na tarde de domingo 08 de fevereiro de 2008 quando saía do prédio onde mora na localidade de Kolpino. O líder sindical se encontra hospitalizado e tão logo possa irá registra queixa na milícia (a polícia russa), mesmo sabendo que esta pouco resolve.

Em 26 de janeiro Evguenii já havia registrado queixa na milícia, denunciando telefonemas anônimos ofensivos e ameaçadores. Como o Sindicato dos Trabalhadores na GM é filiado ao MPRA (Sindicato Interregional dos Trabalhadores na Indústria Auto Russa) e este à VKT (Confederação Geral dos Trabalhadores na Rússia), Evguenii também solicitou apoio da VKT pedindo que fosse tomadas as mesmas medidas quando dos atentados sofridos por Aleksei Etmanov, co-presidente do MPRA e presidente do Sindicato do Trabalhadores na Ford, outra das organizações de base do MPRA.

Recentemente o MPRA enviou correspondência ao governo russo reivindicando que os sindicatos tenham um maior controle sobre as administrações das empresas. As iniciativas pró-trabalhadores do MPRA parecem desgradar profundamente ao anti-sindical e anti-democrático regime russo, onde tudo mudou para continuar na mesma ditadura de sempre. Atentados contra os líderes sindicais do MPRA estão cada vez mais constantes e os órgãos de segurança nada fazem para coibir as agressões. Ao contrário acabam por inocentar os agressores com desculpas esfarapadas. Assim foi nos casos das agressões aos companheiros da Ford e da TagAZ (Hyundai) ocorridas em 2008.

Sem cumprir acordo, Volks é multada em R\$ 2,2 milhões por precarização (CUT Nacional) 09/02/09

Escrito por DCI

O descumprimento de acordo judicial firmado em setembro do ano passado com o Ministério Público do Trabalho (MPT) em Volta Redonda (RJ) vai sair caro à Volkswagen Caminhões e Ônibus Indústria e Comércio de Veículos Comerciais Ltda. O MPT entrou com ação de execução contra a multinacional cuja multa é de R\$ 2,2 milhões. Isso porque a empresa havia se comprometido a não mais contratar mão-de-obra ilegalmente para exercer atividade essencial à dinâmica da empresa por quaisquer empresas interpostas, e não cumpriu o acordo.

Cerca de 400 trabalhadores foram encontrados em situação irregular. Segundo o procurador do Trabalho Carlos Eduardo Brisolla, responsável pela execução, as leis do trabalho no País não admitem que serviços essenciais sejam terceirizados e foi isso que a multinacional fez, ao contratar a Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais (Avape).

Após denúncia de que a empresa estaria contratando de forma irregular, o MPT notificou a multinacional, informando que a situação deveria ser regularizada ainda em 2008, o que não aconteceu. Em visita à empresa no mês de dezembro, a delegacia do trabalho local verificou que a Volkswagen apenas trocou a empresa terceirizada. Deixou a Avape e firmou contrato com a Racing Consultoria Técnica e Comercial Ltda. EPP. "Eles substituíram a terceirização e continuam irregulares. Só podem ser terceirizadas atividades complementares, como vigilância e limpeza, por exemplo. Os serviços prestados pela Racing consistem em atividades administrativas, sob subordinação e supervisão dos próprios empregados da Volkswagen, com bem esclarece o laudo de fiscalização do trabalho", explicou o procurador do trabalho.

Entenda

Em novembro de 2007, o Ministério Público do Trabalho em Volta Redonda obteve antecipação de tutela, proposta em ação civil pública, para que a Volkswagen se abstinhasse de contratar empresas para fornecer mão-de-obra para a realização de serviços ligados à atividade fim da empresa. A Avape também foi proibida de fornecer mão-de-obra para a empresa automobilística. A Volkswagen do Brasil já havia sido autuada por admitir ou manter empregados sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente. O documento demonstrou a subordinação dos

empregados da Avape à Volkswagen. No procedimento instaurado pelo MPT, a terceirização ilícita de mão-de-obra foi comprovada com base em depoimentos e documentos colhidos.

Valores

A multa afixada pelo MPT, de R\$ 2,2 milhões deverá ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O valor, no entanto, pode ser renegociado. "Ainda haverá uma audiência com a empresa, na qual a multinacional poderá contestar o valor ou a forma de pagamento, mas não a sua execução", afirmou Brisolla, que salientou o significado da multa: "Não há interesse que ninguém seja demitido, mas sim, contratado sem terceirização, por exemplo. A multa é de natureza coercitiva. Cabe ao juiz definir se o valor será alterado ou não", comenta Brisolla. Agora, o caso será conduzido pelos procuradores do Trabalho Marco Antonio Sevidanes da Matta e Fábio Luiz Mobarak Iglesia, do Ofício de Volta Redonda. A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa da Volkswagen e foi informada de que a multinacional ainda não foi comunicada do ocorrido.

Descumprimento

A Volkswagen não é a primeira empresa que, após fechar acordo com o MPT, deixa de cumprir o estipulado e é executada. Segundo dados do próprio MPT, em novembro de 2006 foi executada a multa de mais de R\$ 1 milhão aplicada à propriedade rural da empresa Beirada Agropecuária S.A. Em janeiro de 2007 foi a vez da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae). A multa foi de R\$ 3,3 milhões. No ano passado, a Sendas Distribuidora S.A., empresa integrante do Grupo Pão de Açúcar, foi condenada ao pagamento de R\$ 2 milhões por danos morais coletivos.

Ministro anuncia construção de mais de 700 agências do INSS (CUT Nacional) 09/02/09

Escrito por Agência Brasil

A Previdência Social vai investir cerca de R\$ 800 milhões na construção, reforma e substituição de prédios alugados nos próximos dois anos. O ministro José Pimentel anunciou nesta segunda-feira (9) a abertura de licitação para realização das obras. "Cada R\$ 1 arrecadado terá R\$ 1 investido", afirmou em entrevista coletiva.

Ao todo, pelo menos 720 novas agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) serão construídas em cidades com mais de 20 mil habitantes. O dinheiro virá do orçamento do ministério e da venda de outros imóveis do patrimônio da Previdência Social.

CUT-DF convoca sindicatos filiados para reunião, nesta terça-feira (10) (CUT Nacional) 09/02/09

Escrito por CUT-DF

Nesta terça-feira (10), a CUT-DF realizará uma reunião com todos os sindicatos filiados para definir as atividades que serão desenvolvidas no Dia Nacional de Luta pelo Emprego e Salário, que acontece no próximo dia 11, quarta-feira, em todo o Brasil.

A reunião entre a Central e as entidades está agendada para às 10 horas, na sala de reuniões da CUT-DF. O Dia Nacional de Luta é um desdobramento da campanha "Querem lucrar com a crise. A classe trabalhadora não vai pagar esta conta". Já confirmaram participação na luta os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul (Pelotas), Paraná e Alagoas.

Assembleia dá início à Campanha Salarial 2009 do Sismmac, em Curitiba (CUT Nacional) 09/02/09

Escrito por Assessoria de Imprensa do Sismmac

Como em todo reinício de aulas, o Sismmac convoca toda a categoria a se mobilizar pela correção dos salários e por avanços nos direitos funcionais. A Campanha Salarial começa já no dia 11 de fevereiro, quando assembleia do magistério municipal vai definir a pauta de reivindicações que será entregue ao prefeito municipal. A assembleia ocorre a partir das 18h30min de quarta-feira (11), na sede do Sismmac, em Curitiba.

Além das reivindicações, outro tema da assembleia será a formação da Comissão de Negociação com a Prefeitura Municipal. Conselho de Representantes A etapa seguinte para organizar a mobilização ocorrerá na reunião do Conselho de Representantes (CR), que será no dia 17 de fevereiro, terça-feira, às 8 horas e às 13h30min, também na sede do Sismmac. No CR será organizada a campanha de lutas junto com os representantes de escolas.

Em destaque, haverá debate sobre os riscos e os desafios neste período de crise internacional. Eleição de representante de escola Outro tema importante será a eleição de representantes de base, que cada escola deve realizar em março. O sindicato recomenda a eleição de um/a representante por turno de trabalho em cada unidade de ensino.

Comissões da Câmara farão ato em homenagem a Adão Preto na quarta-feira (11) (CUT Nacional) 09/02/09

Escrito por Agência Informes

As comissões de Direitos Humanos e Minorias; e de Legislação Participativa realizam nesta quarta-feira (11) um ato comemorativo de celebração da vida do deputado Adão Preto (PT-RS), que morreu no último dia 5.

Adão Preto estava em seu quinto mandato como deputado federal e presidia a Comissão de Legislação Participativa. Ele foi um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em seu estado.

O ato será realizado às 10 h no plenário 2.

Ação liberta 13 pessoas de fazenda de deputado estadual (CUT Nacional) 09/02/09

Escrito por Repórter Brasil

Durante 36 dias, a casa de 13 pessoas - incluindo duas mulheres, uma delas com seu filho de quatro anos - foi um curral na Fazenda São Domingos, pertencente ao deputado estadual Antônio Bacelar (PDT), membro da Assembléia Legislativa do Maranhão. A propriedade fica no lugarejo de São Domingos, a 8 km do centro de Coelho Neto (MA).

O grupo submetido à condições análogas à escravidão foi encontrado por fiscais da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Maranhão (SRTE/MA). Para surpresa do auditor fiscal Carlos Henrique, que coordenou a ação, as pessoas literalmente dormiam junto com animais. "Essa foi a pior situação que eu já vi durante todos esses anos de fiscalização", define o auditor. A fiscalização ocorreu entre 19 e 30 de janeiro.

Nenhuma adaptação foi feita no curral: as redes para dormir e os pertences das pessoas ficavam espalhados. Sem proteção lateral, os funcionários estavam sujeitos a todo tipo de intempéries. "O vento trazia um cheiro insuportável de fezes dos animais", relata Carlos.

Os funcionários foram aliciados em Codó (MA) por um gato (aliciador de mão-de-obra) para trabalhar no chamado "roço da juquira" (limpeza para formação de pasto). No momento do aliciamento, o gato "adiantou" R\$ 100 para as famílias dos trabalhadores. "Os funcionários trabalharam mais de um mês sem receber nada e ainda estavam devendo para o patrão", conta o auditor. A dívida impedia a saída dos empregados. Mas antes da chegada da fiscalização, sete pessoas preferiram pagar para ter sua liberdade e deixar a fazenda.

A alimentação era composta de café, arroz, feijão e farinha, preparados dentro do próprio curral, em um fogareiro improvisado. A água vinha de um poço que não tinha tampa e não recebia nenhum tratamento. Para a higiene pessoal, os funcionários contavam apenas com um açude, onde também pescavam para se alimentar, já que normalmente faltava comida. "O gado também utilizava o açude", adiciona Carlos Henrique. O deputado não assinou a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados e nem forneceu equipamentos de proteção individual (EPIs).

Além dos 13 libertados, ainda havia uma vaqueira, que estava no local há um ano e seis meses. "No caso dela, a carteira de trabalho foi assinada com data retroativa e ela permaneceu no local, pois não morava no alojamento com as outras pessoas", explica o auditor fiscal. Ao final da fiscalização, o empregador pagou em torno de R\$ 1 mil para cada trabalhador e eles receberam as guias para seguro desemprego do trabalhador libertado. Foram lavrados nove autos de infração pelas irregularidades encontradas.

Outro conflito

O deputado estadual Antônio Bacelar, que faz parte do mesmo partido do ministro Carlos Lupi (Trabalho e Emprego), também está envolvido no conflito fundiário na Comunidade de Mata Virgem, em Codó (MA). Segundo denúncia da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Maranhão, a Polícia Militar, a pedido do político, entrou nas residências de moradores para realização de busca, causando transtornos, em novembro de 2008. A comunidade de agricultores está estabelecida no local há mais de 30 anos.

Existem três processos administrativos com a finalidade de desapropriação da área, além de um processo para apurar se o território é ou não quilombola. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) informou que a comunidade convivia pacificamente com o antigo proprietário das terras, Martinho Ximenes Santos, falecido em 2001. A partir de então começaram a surgir os conflitos, inicialmente com seu filho, Luiz Antônio Sousa Barros.

Há um procedimento administrativo no Incra acerca da desapropriação da área. A Repórter Brasil não conseguiu entrar em contato com o deputado estadual Antonio Bacelar, dono da Fazenda São Domingos.

Receita libera nesta segunda consulta a lote residual do Imposto de Renda (CUT Nacional) 09/02/09

Escrito por Agência Brasil

Brasília - A Receita Federal do Brasil libera nesta segunda-feira (9) consulta ao segundo lote residual de declarações do Imposto de Renda Pessoa Física 2008, ano-base 2007. O contribuinte pode acessar, a partir das 9h, a página da Receita na internet.

No total, 19.139 contribuintes terão direito à restituição. O dinheiro ficará disponível nos bancos a partir da próxima segunda-feira (16), com correção de 10,40%. Depois de liberados, os valores não terão mais correção.

Para obter a transferência para outro banco, em conta corrente ou poupança, os contribuintes deverão ir a uma agência do Banco do Brasil ou ligar para a Central de Atendimento do BB. Os telefones são 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) ou 0800-729-0088, caso o contribuinte seja deficiente auditivo.

Trabalhadores rurais discutem concessão de aposentadoria em 30 minutos (CUT Nacional) 09/02/09

Escrito por Agência Brasil

Brasília - Representantes de trabalhadores rurais se reúnem nesta segunda-feira (9) com o ministro da Previdência Social, José Pimentel, em Brasília, para discutir a concessão em 30 minutos de benefícios para segurados especiais. A previsão é de que a medida entre em vigor em julho, dando continuidade ao plano de melhoria de atendimento e de reconhecimento automático de direitos.

Participam das reuniões - a primeira, às 15h, com a Via Campesina Brasil e a segunda, às 18h, com a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) - o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e o diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), César José de Oliveira.

Os primeiros trabalhadores beneficiados com a medida, em janeiro, foram os urbanos que pediram aposentadoria por idade. No fim do mês, passaram a ser beneficiados os trabalhadores urbanos que requereram aposentadoria por tempo de contribuição e as mulheres que solicitaram salário maternidade.

Descaso da atual diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos faz trabalhador da GM pagar compensação maior dos dias pontes (CUT SP) 09/02/09

Oposição Metalúrgica da CUT de São José dos Campos

Em mais uma atitude de total descaso com os trabalhadores da GM de São José dos Campos a atual diretoria, ligada ao Conlutas/PSTU, mais conhecida como Semlutas, recusou-se a negociar com a fábrica a compensação dos dias pontes (feriados).

As negociações para a compensação dos feriados geralmente acontecem no mês de dezembro, para que o trabalhador já comece o ano compensando os dias pontes, diminuindo os minutos a pagar. No entanto, o Sindicato simplesmente não quis negociar com a empresa, obrigando a fábrica a elaborar uma pauta em que estabelece 15 minutos por dia para a compensação dos feriados, a partir do dia 2 de março.

Se o Sindicato tivesse negociado antes, a compensação poderia ser de até 6 minutos por dia. "Essa é a política de abandono dos trabalhadores adotada pelo PSTU em prol de discursos político-ideológicos. Os trabalhadores exigem que o Sindicato negocie já com a empresa, não podemos perder 15 minutos por dia e pagar também o sábado. Isso é um desrespeito aos trabalhadores, afirma Valdo Soares Ferreira, encabeçador da Chapa 2, intitulada Oposição Metalúrgica da CUT.

Produção de veículos dobra em janeiro (CUT SP) 09/02/09

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – CUT/SP

A produção de veículos no Brasil cresceu 92,7% no primeiro mês de 2009, na comparação com dezembro do ano passado. Outro número positivo divulgado nesta segunda-feira (9) pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) foi o das vendas, que subiram 1,5% na mesma base de comparação.

Para o presidente da Anfavea, Jackson Schneider, o reaquecimento do mercado deve-se às medidas adotadas pelo governo federal no final de dezembro. "Sem dúvidas o pacote de medidas, encabeçado pela redução do IPI, teve um efeito direto nesses resultados positivos. As ações foram na hora e na direção certa, o que nos deixa com uma boa expectativa."

Apesar do otimista, Schneider garantiu que não é possível fazer nenhuma previsão. "Projeção qualquer um pode fazer, o difícil é a consistência dessa projeção. Agora, ainda não para saber até qual nível os números irão subir ou até quando vai essa tendência positiva."

EMPREGOS - Segundo a Anfavea, o nível de emprego no setor automotivo caiu 1,5% em janeiro contra o mês anterior, mas subiu 3,7% na comparação anual, para 126.188 postos de trabalho.

"Os números da Anfavea divulgados hoje sobre aumento de produção mostram que não é um cenário de morte, peste e guerra como anunciaram. Os números confirmam o que já dissemos anteriormente: que é precipitada qualquer decisão sobre redução de salário e jornada ou corte de direitos trabalhistas. Sabemos que há problemas em relação às exportações e caminhões, mas é necessário calma, porque as informações sobre os desdobramentos da crise são contraditórias. Tem até empresa de autopeça que fez acordo para reduzir jornada querendo voltar atrás porque recebeu pedidos e terá de aumentar a produção", afirmou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre.

Trabalhadores da Quattor em estado de mobilização (CUT SP) 09/02/09

Sindicato dos Químicos do ABC – CUT/SP

Nas duas assembléias realizadas nesta sexta-feira (6/02)- às 8h e às 18h – os trabalhadores do Grupo Quattor decidiram realizar protestos com atrasos na entrada dos turnos nas quatro empresas (Unipar, Suzano, Polietilenos União e PQU) para pressionar a abertura de diálogo.

“Caso a empresa continue se recusando, os trabalhadores farão a chamada ‘interrupção da rendição dos turnos’, ou seja, um turno pára, o seguinte volta e assim sucessivamente”, informa o diretor do Sindicato dos Químicos do ABC José Carlos Passoni.

A Quattor será comunicada da decisão das assembléias, mas o início dos protestos será decidido pela diretoria do Sindicato, que pretende trabalhar com o fator surpresa.

Histórico

A Petroquímica Quattor anunciou dia 2/2 a demissão de 63 trabalhadores, sendo 45 das unidades da empresa no Pólo Petroquímico de Capuava, ABC Paulista. A empresa alega necessidade de redução de custos por conta de efeitos da conjuntura econômica sobre os negócios.

É a segunda vez que isso acontece, observa o diretor do Sindicato Heli Alves, trabalhador da PQU. “Em novembro do ano passado, a empresa anunciou a demissão de 100 trabalhadores, por motivos de sobreposições de funções e de áreas, além da redução de custos. Nos dois casos, em nenhum momento a empresa procurou o Sindicato para apresentar dados que justificassem essas demissões”, afirma.

Diante do anúncio, a diretoria do Sindicato dos Químicos do ABC manifestou publicamente, no dia 04/02, por meio de uma nota pública, sua indignação pela ausência de diálogo e negociação, bem como reafirmar seus princípios cutistas de não aceitar redução de direitos e propor medidas concretas para evitar atitudes irresponsáveis socialmente.

SITES PESQUISADOS









O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:
imprensa@sinergiaspcut.org.br

Área de Comunicação SINERGIA CUT
Diretor de Comunicação: Marcelo Fiorio - Coordenação: Lílian Parise
www.sinergiaspcut.org.br
Elaboração: Ana Claudia de Siqueira